

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA
ANDREI DE FIGUEIREDO

PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO DE LAVOURAS DE
TABACO NAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL,
ATIVIDADES E POTENCIALIDADES

Florianópolis
2008

ANDREI DE FIGUEIREDO

**PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO DE LAVOURAS DE TABACO NAS
ENCOSTAS DA SERRA GERAL, ATIVIDADES E POTENCIALIDADES**

**Trabalho de Conclusão de Curso de Agronomia apresentado a Universidade
Federal de Santa Catarina, UFSC sob orientação do professor PhD. Eros Marion
Mussoi como parte da exigência para obtenção do título Engenheiro Agrônomo.**

**Florianópolis
2008**

ANDREI DE FIGUEIREDO

PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO DE LAVOURAS DE TABACO NAS
ENCOSTAS DA SERRA GERAL, ATIVIDADES E POTENCIALIDADES

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado para a obtenção da
graduação em Agronomia e em sua forma final junto à Universidade Federal
de Santa Catarina.

Apresentada à banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Prof.º Wilson Schimdt PhD
Co-Orientador

Eng.º Agrônomo Emmanuel Ramos Viquetti
Banca Examinadora

Eng.º Agrônomo Fábio Carvalho Martins
Banca Examinadora

Florianópolis, 21 de novembro de 2008

Sumário	
Lista de Figuras	I
Lista de Tabelas	II
Lista de Siglas	III
1. Introdução	1
2. O contexto do Programa de Diversificação; a cadeia produtiva do fumo, os problemas que ela gera e os possíveis reflexos de sua substituição	3
2.1.1. A indústria busca consumidores	4
2.2. A ameaça econômica do tabaco	8
2.2.1. Danos ao ambiente	11
2.2.2. Substâncias tóxicas	12
2.3. A fumicultura no Brasil	12
2.3.2. Fábrica de dinheiro	16
2.4. O fumo no Sul do Brasil e em Santa Rosa de Lima	17
2.5. Controle no Brasil	20
2.5.1. Convenção Quadro para Controle do Tabaco e seus Protocolos.....	20
2.6. Políticas Públicas de apoio à Agricultura Familiar	22
2.6.1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	22
2.6.2. Programa de Aquisição de Alimentos	23
2.7. Desafios à diversificação	25
-Estrutura fundiária	26
-Baixa produção de subsistência	26
-Estabilidade financeira	26
3. O Programa Nacional De Diversificação em Áreas Produtoras de Tabaco (PNDAPT) nas Encostas da Serra Geral: os atos e os atores	28
3.1. AGRECO	29
3.2. SEBRAE	32
3.3. FUNDAGRO	32
3.4. CEDEJOR	33
3.5. Laticínios	34
3.6. Leite à base de pasto	34
4. Experiências e Destaques e a Visão pessoal sobre o estágio.	36
5. Considerações finais	37

Lista de Figuras

Figura 1. Principais países produtores de Tabaco	3
Figura 2. O crescimento da cultura de Tabaco.....	4
Figura 3. Distribuição da produção e consumo de tabaco em países em desenvolvimento nos últimos anos.	5
Figura 4. Cadeia Produtiva do Fumo	8
Figura 5. Custos econômicos do cigarro ao mundo.....	9
Figura 6. Uso do Tabaco é fator de risco para seis das oito principais causas de morte evitáveis no mundo.....	10
Figura 7. Mortes Acumuladas e estimativas para o ano 2030.....	11
Figura 8. Levantamento do fumo no Sul.....	17
Figura 9. Variação da área plantada de fumo em Santa Rosa de Lima (porcentagem versus ano, considerando 100% em 1990).....	20
Figura 10. Perfil do fumicultor no sul do Brasil.....	26

Lista de Tabelas

Tabela 1. Variação da produção e da exportação no Brasil.....	13
Tabela 2. Dados referentes ao ano de 2007, e relaciona valores finais preço vendido e preço pago para o fumo cru no Brasil.	13
Tabela 3. Preços do fumo recebidos pelos produtores, em países selecionados.....	14
Tabela 4. Comparativo de custos de produção entre pesquisa (CARVALHO) e AFUBRA	14
Tabela 5. Resultados Financeiros Souza Cruz - 2003 a 2004	17
Tabela 6. Perfil do Fumicultor do Sul do Brasil – Tamanho das Propriedades Safra 2007/2008	18

Lista de Siglas

AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil
AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CEDEJOR - Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
CQCT - Convenção Quadro para o Controle do Tabaco
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DESENVOLVER - Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção
DESER - Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FETRAFSUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FUNDAGRO - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável
IBGE -- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
ILO - International Labour Organization
INCA - Instituto Nacional de Câncer
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA - Instituto Socio-Ambiental
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
OMS - Organização Mundial da Saúde
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
P&D – Programa de Desenvolvimento
PRONAF - Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNT- Programa Nacional de Turismo
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINDIFUMO - Sindicato das Indústrias do Fumo
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

1. Introdução

O tabaco é cultivado em muitas regiões do mundo e pode ser legalmente comprado em todos os países. A folha seca da planta *Nicotiana tabacum* é usada para fumar, mascar ou aspirar. Contendo substâncias altamente viciantes e por ser de fácil aquisição, o fumo passa a ser um problema para os países onde sua expressão ameaça a saúde, e o desenvolvimento, já que a riqueza das nações são as pessoas.

Em 1999, a Organização Mundial da Saúde (OMS) acordou junto a seus cento e noventa e dois Estados Membros o início de um processo de elaboração da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), sendo o primeiro tratado internacional de saúde pública da história. Em 2003, aprovada por unanimidade, a Convenção-Quadro propõe padrões internacionais para o controle do tabaco, com providências relacionadas à propaganda e patrocínio, à política de impostos e preços, à rotulagem, ao comércio ilícito e ao tabagismo passivo, dentre outras medidas. O documento estabelece padrões mínimos para essas ações (Anexo I).

A Convenção-Quadro representa uma reação do mundo as mais de cinco milhões de mortes anuais por doenças causadas pelo tabagismo, 200 mil das quais ocorrem no Brasil. A OMS considera o tabagismo como a principal causa de morte evitável em todo o mundo e estima que exista 1,3 bilhão de fumantes em todo o mundo sendo 80% em países pobres. Aproximadamente 47% de toda a população masculina e 12% da população feminina no mundo fumam. Enquanto nos países em desenvolvimento os fumantes constituem 48% da população masculina e 7% da população feminina, nos países desenvolvidos 42% dos homens e 24% das mulheres têm o hábito de fumar. (OMS, 2008)

Para o cumprimento dos compromissos com a Convenção Quadro está, entre as políticas públicas e programas implementados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na Secretaria da Agricultura Familiar (MDA/SAF) e o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), o Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Como um dos Programas especiais da SAF/DATER, lançado pelo MDA em novembro de 2005, o mesmo é direcionado especificamente para agricultores familiares fumicultores.

O Programa de Diversificação conta atualmente com 47 projetos de assistência técnica e extensão rural (Ater), capacitação e pesquisa em parceria com organizações governamentais e não governamentais públicas da região sul e nordeste do Brasil.

Responde ao Artigo 17 da CQCT que trata de alternativas economicamente viáveis ao fumo, entendendo que uma possível redução do consumo do tabaco no mundo irá impactar a demanda por fumo e conseqüentemente a oferta, o que afetará diretamente os 200 mil agricultores familiares brasileiros que vivem da fumicultura atualmente. (MDA/SAF, 2007).

Visando conhecer e analisar, na ponta, um processo de implantação de ações do Programa de Diversificação e procurando, ao mesmo tempo, refletir sobre suas potencialidades e dificuldades é que se realizou o estágio de conclusão do Curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina em Santa Rosa de Lima. Este município está situado no Sul de Santa Catarina, em uma região em que a fumicultura está muito presente e apresenta desafios relacionados à cultura e o ambiente. Mais especificamente, as atividades foram realizadas na Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), uma organização, que é referência para o Programa de Diversificação¹ e que, ao longo de 2008, executa, em parceria com o SEBRAE-SC, um projeto financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, justamente dentro do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Produtoras de Tabaco. A consecução do objetivo maior foi combinada com uma intervenção em assistência técnica direta para uma das atividades de diversificação demandadas pelos agricultores: a bovinocultura de leite a base de pasto. O trabalho técnico se deu no apoio à implantação do pastoreio Voisin em Unidades Familiares de Produção de jovens rurais que são educandos do CEDEJOR e que fazem parte do público do Programa na região. Nesta intervenção, foram realizados levantamentos planialtimétricos e elaborados os projetos das áreas levantadas. Além disso, buscou-se participar de todos os eventos, nas Encostas da Serra Geral, relacionados ao Programa, e manter um denso calendário de visitas a propriedades e agroindústrias ligadas à AGRECO, acompanhando o processo de controle interno e de assistência técnica.

¹ A AGRECO é estudada e referenciada no relatório elaborado pelo MDA patrocinado pela OMS e analisa experiências bem sucedidas na diversificação no Sul do Brasil, o texto é a referência nº10 da Bibliografia.

2. O contexto do Programa de Diversificação; a cadeia produtiva do fumo, os problemas que ela gera e os possíveis reflexos de sua substituição.

O consumo do tabaco vem crescendo desde o início do século 20. O número de fumantes irá crescer principalmente devido à expansão da população mundial. O consumo já atingiu proporções de epidemia global, As companhias estão distribuindo mais de 5 trilhões de cigarro ao ano.

O fumo constitui-se em um dos fatores mais importantes da economia de 113 países que envolvem, direta ou indiretamente, mais de 100 milhões de pessoas no processo produtivo. A produção mundial de fumo é bastante concentrada em alguns poucos países. Os principais produtores, China, Índia, Brasil, Estados Unidos, Zimbábue e Indonésia são responsáveis por cerca de 70% do total mundial. (Tobacco Atlas, 2007)

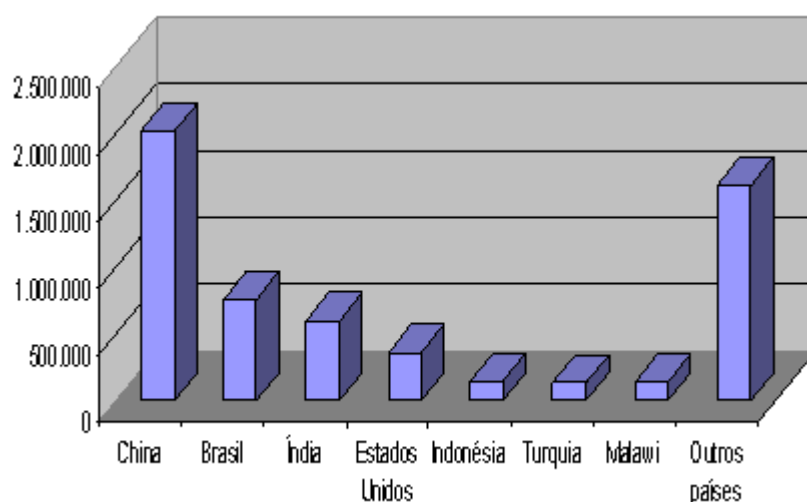


Figura 1. Principais países produtores de Tabaco

O mercado internacional de fumo é bastante ativo. Normalmente, mais de 30% da produção mundial é destinada às exportações. O Brasil, o Zimbábue, os Estados Unidos, a Índia, a China e o Malawi respondem por cerca de 55% da quantidade exportada mundialmente (Figura 1). (MDA, 2008)

growing Tobacco

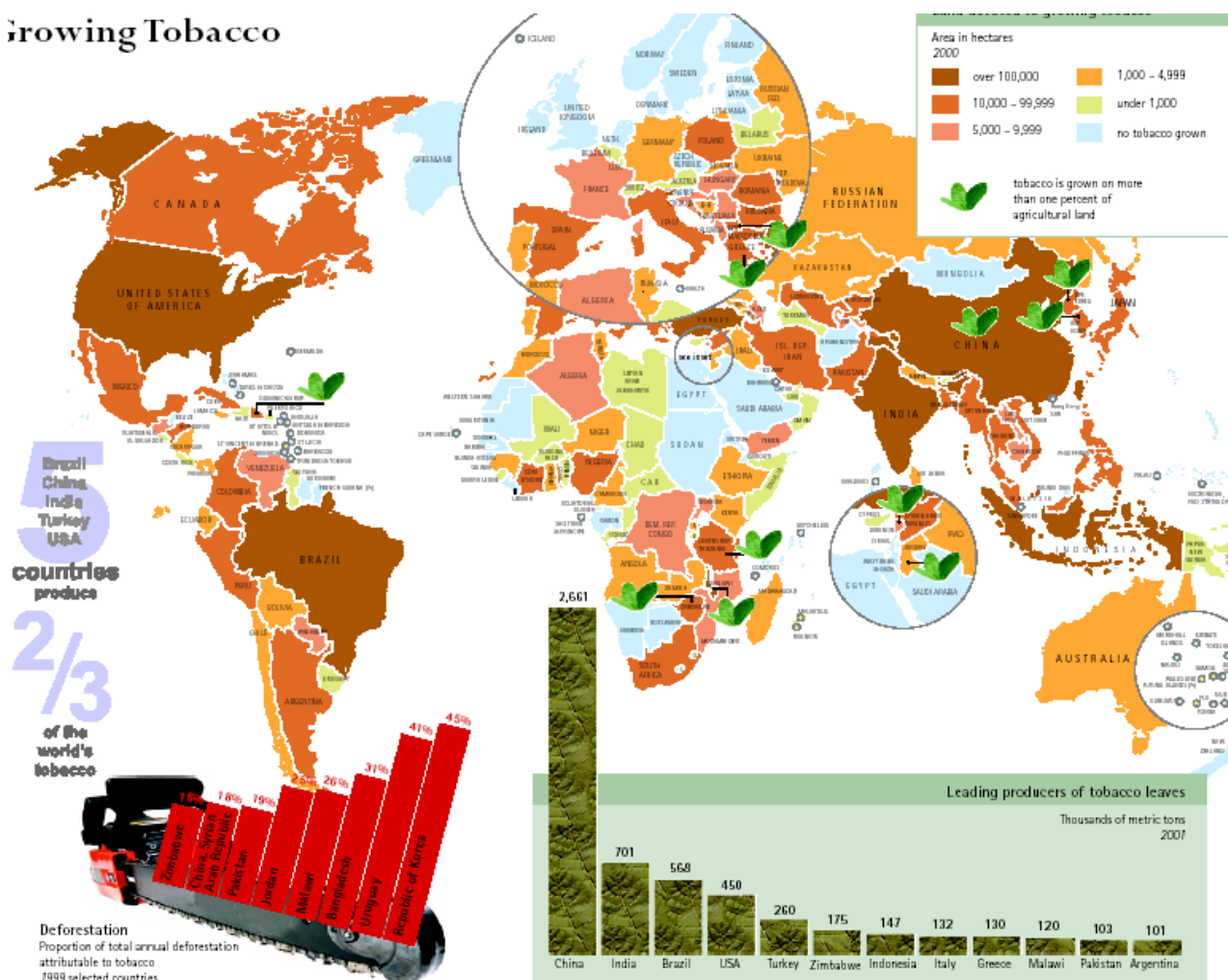


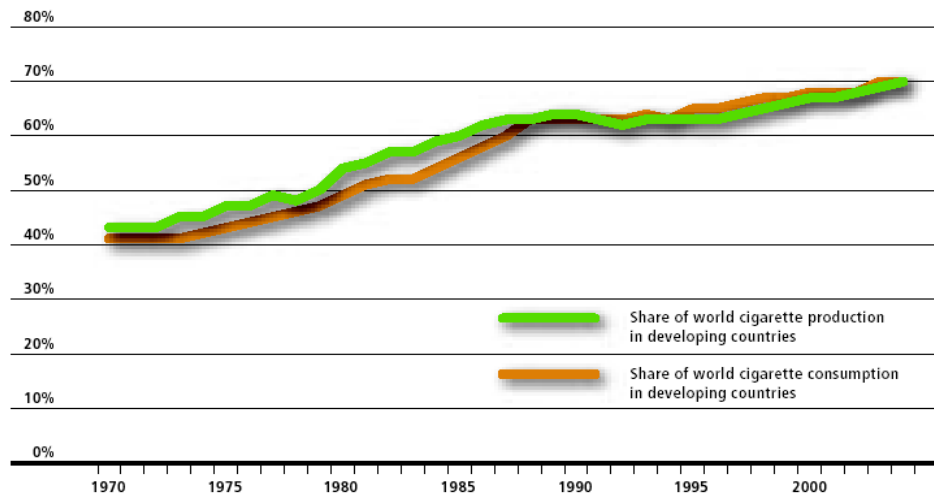
Figura 2. O crescimento da cultura de Tabaco pelo mundo.

Fonte: Ilustração retirada do livro *The Tobacco Atlas* 2007.

O livro *The Tobacco Atlas* organizado pela OMS (Figura 2), levanta os diversos fatores da epidemia, com tópicos que vão desde a história do tabaco até dados econômicos e políticas de controle. Ilustra que o tabagismo não é só uma questão de saúde, mas também econômica, políticas, mercado de trocas e crimes como litígio e contrabando. Outro livro mais recente apresentado pela OMS, o pacote MPOWER, define estratégias para o controle e expressão das estratégias em atuação em alguns países.

2.1.1. A indústria busca consumidores

O uso de tabaco está crescendo fortemente nos países considerados em desenvolvimento. Apesar do baixo poder aquisitivo, o grande crescimento populacional em conjunto com intuito da indústria, garantem que milhões de pessoas se tornem viciadas todo ano.



Source: Based on data from Food and Agriculture Organization FAOSTAT, United Nations Commodity Trade Statistics Database, United Nations Common Database, United States Department of Agriculture Economic Research Service, World Health Organization Statistical Information System, and ERC Group Plc.'s World Cigarettes Report 2005

Figura 3. Distribuição da produção e consumo de tabaco em países em desenvolvimento nos últimos anos.

Fonte: WHO Report on the Global Tobacco Epidemic, 2008: the MPOWER package.

A Figura 3 mostra que o consumo e a produção aumentaram relativamente nos países em desenvolvimento nos últimos anos. A mão de obra barata e as taxas baixas favorecem o baixo preço do cigarro, permitindo a pessoas mais pobres e jovens adquirirem o produto.

Apesar da indústria tabagista afirmar que cria empregos e traz desenvolvimento para economia nacional e local, a indústria contribui para o sofrimento, doenças e mortes, custando ao Estado bilhões todo ano. O depoimento de um dos dirigentes de uma empresa de tabaco ilustra como o jovem é o alvo principal da propaganda das corporações:

“É importante sabermos tudo que for possível sobre os padrões e atitudes dos jovens. O adolescente de hoje será um potencial cliente, e a grande maioria dos fumantes começaram a fumar enquanto jovens... Os padrões dos adolescentes são particularmente importantes para Philip Morris.” (Philip Morris Comp. Inc. 1981, retirado de The Tobacco Atlas, 2007)

2.1.2. Cadeia Produtiva

A relação entre produtores de fumo e as indústrias processadoras no Brasil é baseada no chamado sistema integrado de produção. Neste sistema, as indústrias

fornecem as sementes e assistência técnica, determinam o uso de insumos e agrotóxicos e, ao mesmo tempo, garantem a compra do fumo em folha produzido pelos fumicultores “integrados” (Vargas, 2004)

O sistema integrado de produção consiste no estabelecimento de vínculos entre as empresas e o universo de produtores de fumo em folha que se baseiam na exclusividade do fornecimento e adoção dos padrões de produção estabelecidos pelas empresas. Por um lado, as empresas repassam os insumos certificados e autorizados ao cultivo do fumo, prestam assistência técnica quanto aos métodos de plantio através de agrônomos e técnicos agrícolas, operam com a intermediação de financiamentos aos agricultores, são responsáveis pelo transporte do produto da propriedade até as usinas de beneficiamento e garantem a compra integral da produção (AFUBRA, 2008).

Por outro lado, os produtores se comprometem com os padrões de volume, qualidade e custo exigidos pelas empresas ao mesmo tempo garantem a exclusividade no fornecimento. Ao estabelecer e manter este tipo de vínculo as empresas passam a obter as variedades de fumo que estão sendo demandadas no mercado internacional, dentro dos padrões de qualidade e custos que também permanecem sob a esfera de se controle.

O sistema integrado foi adotado ainda em 1918, mas somente na década de 70, com a reestruturação e modernização do setor, é que ele passa a fazer parte do “arranjo fumageiro”.. Enquanto os vínculos de subordinação entre os produtores e o capital mercantil ainda não se encontravam estabelecidos através do sistema integrado, a quantidade produzida era arbitrada pelos próprios produtores. Eles não contavam com orientação técnica para o cultivo, que estava baseado no uso de adubos orgânicos. . Quando grandes empresas passam a se instalar no sul do Brasil, essa autonomia deixa de existir. Diversas mudanças são introduzidas, como a utilização de defensivos e fertilizantes químicos no cultivo do fumo, mudanças no sistema de secagem (estufas) e a adoção da assistência técnica direta. Da mesma forma, com relação ao financiamento das atividades agrícolas, antes de surgir o Sistema Nacional de Crédito, as indústrias mantinham financiamento da produção diretamente com os produtores. Com o surgimento desse sistema, os financiamentos passam a ser feitos através do sistema financeiro com a intermediação das empresas (Vargas, 2004).

Os vínculos entre fumicultores e indústrias processadoras do complexo agroindustrial fumageiro no Brasil mantém uma importante dinâmica de produção e inovação durante o estágio de produção agrícola, mas também moldam os principais

modelos da cadeia produtiva do fumo. Através da integração, as empresas conseguem determinar o padrão tecnológico colocado em prática. Assim, as empresas não só detêm o controle da qualidade e dos custos de seu insumo principal, mas também tendem a estabelecer a produção desejada já pré-estipulada por elas. À parte disso, a falta de mercados estruturados para culturas alternativas faz com que os fumicultores cultivem alimentos que serão consumidos na propriedade, dando as principais empresas fumageiras o poder de um cartel universal, promovendo um mesmo sistema de cultivo e pagando os mesmos preços pelas safras. (ILO 2003).

Etapas do ciclo de cultivo realizadas dentro da unidade produtiva: (Carvalho, 2006)

1- Produção das mudas.

1.1- Uso da talagarça

1.2 - Repicagem

1.3 - Podas

1.4 - Uso de agrotóxicos

2 - Preparo do solo

3 - Plantio

4 - Tratos culturais

4.1- Agrotóxicos

4.2 - Fertilização

4.3 - Capina

4.4 - Capação e desbrote

5 - Colheita

6 - Secagem ou cura

Analisando as etapas e verificando a Figura 4, pode se verificar que a parte em que empresas passam a atuar, é de maior englobamento, podendo controlar os passos a proceder, e também aonde se encontra maior valor agregado.

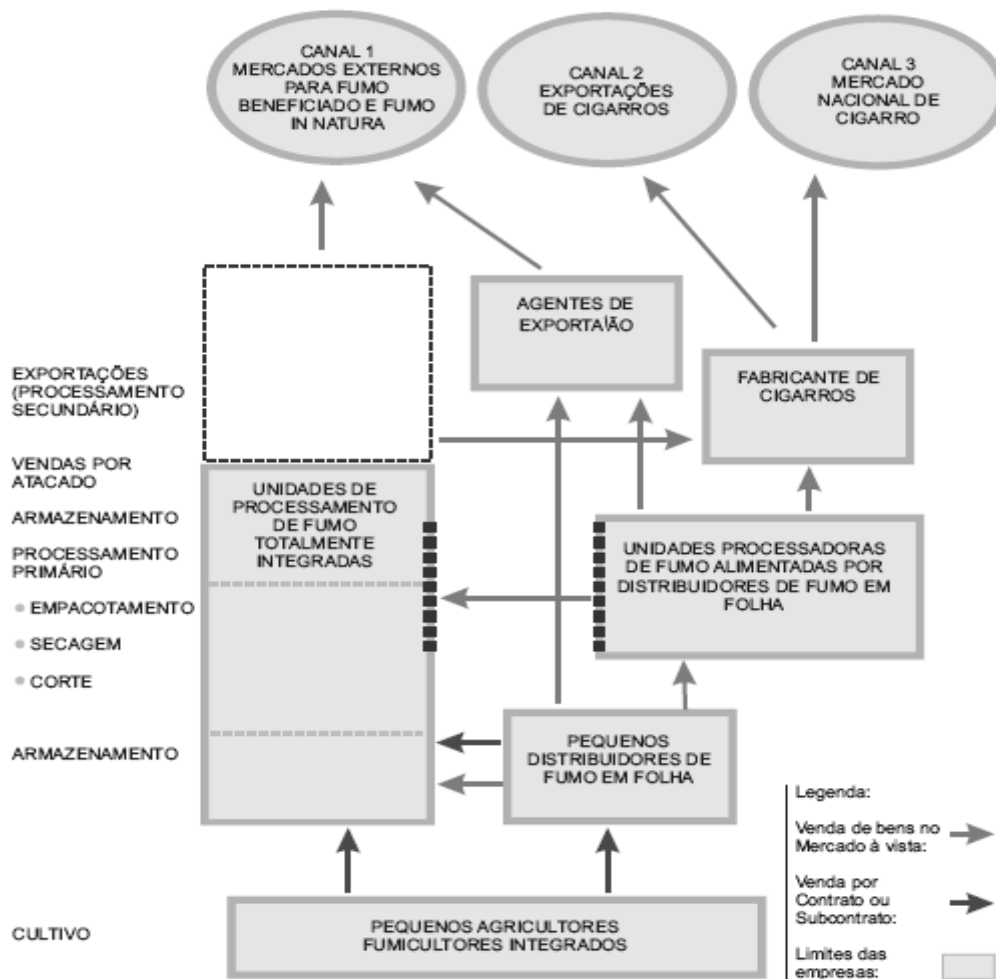


Figura 4. Cadeia Produtiva do Fumo

Fonte: Vargas,2001

2.2. A ameaça econômica do tabaco

O tabaco é o único produto de consumo legal que pode prejudicar a todos expostos a ele e mata até metade dos que usam. Mesmo assim é um produto comum ao redor do mundo devido ao seu baixo preço, marketing agressivo e de larga dispersão, ignorância quanto aos seus danos e políticas inconsistentes contra seu uso.

O tabaco custa aos governos, aos trabalhadores e ao ambiente incluindo bem estar social e problemas de saúde, gera perdas nas relações de troca com países, perda de terra que poderia estar produzindo comida, custos com incêndios, danos ambientais desde desflorestamento até lixo largado pelos fumantes, baixa produtividade, maior número de acidentes e maior preço de prêmios de seguros (Figura 5).

Costs to the Economy

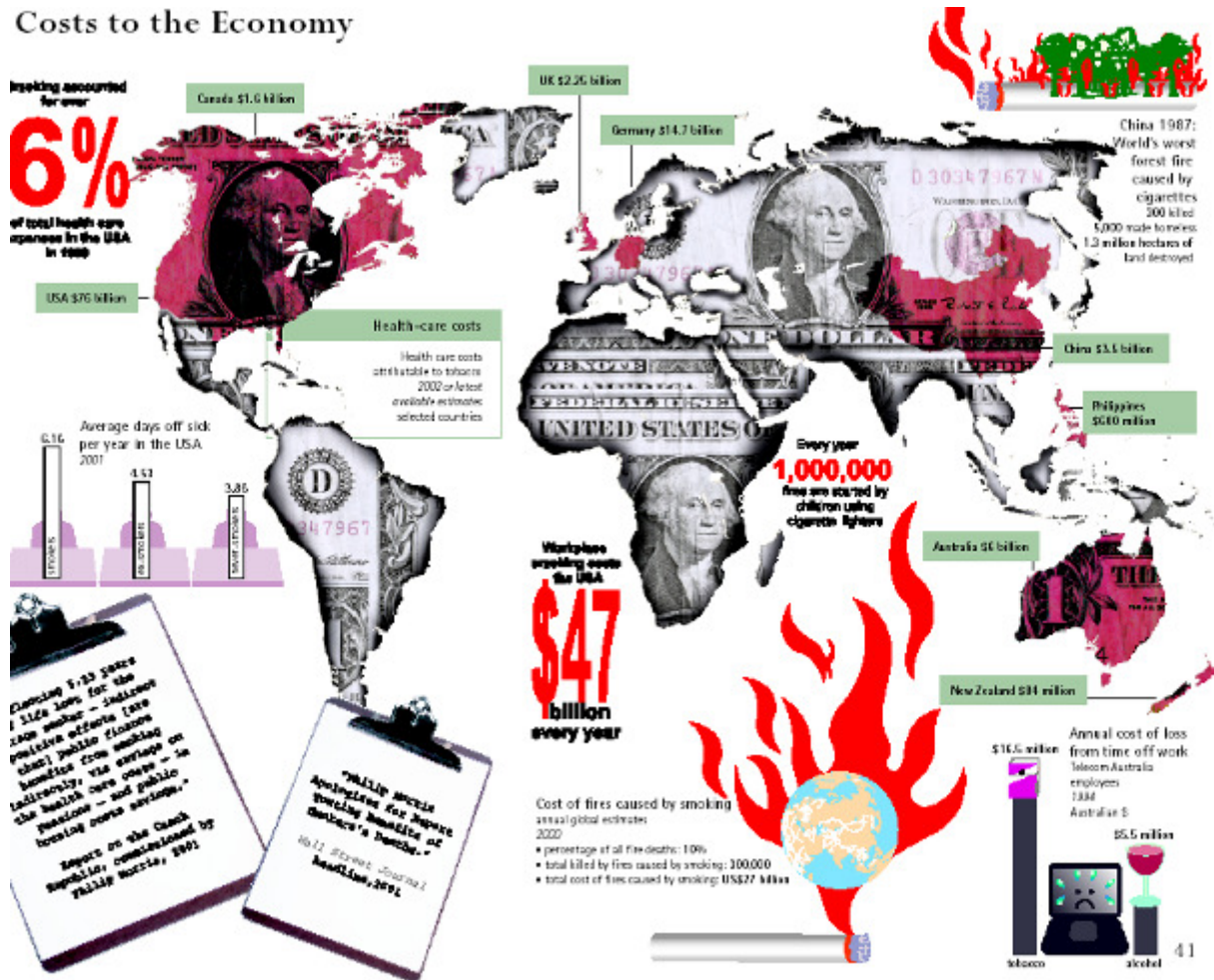


Figura 5. Custos econômicos do cigarro ao mundo

Fonte: Ilustração retirada de The Tobacco Atlas, 2007

O tabagismo é considerado pela Organização Mundial da Saúde a principal causa de morte evitável em todo o mundo. O total de mortes devido ao uso do tabaco está em 5,4 milhões de mortes anuais, ou uma pessoa a cada 6 segundos (OMS, 2008).

O tabagismo é uma doença crônica gerada pela dependência da nicotina. É considerada também uma doença pediátrica, pois 90% dos fumantes começam a fumar antes dos 19 anos e a idade média de iniciação é aos 15 anos (OMS, 2008). O tabagismo é o mais importante fator de risco isolado para doenças graves e fatais. De acordo com dados do INCA, o consumo de derivados do tabaco causa cerca de 50 doenças diferentes, principalmente cardiovasculares, câncer e doenças respiratórias obstrutivas crônicas. O tabagismo passivo aumenta o risco de câncer, infarto, infecções respiratórias, dentre outros. Por esse motivo, é considerado também um risco ocupacional quando ocorre em ambientes de trabalho.

Segundo o Banco Mundial, são gastos cerca de US\$ 200 bilhões anuais no mundo por parte dos governos e da sociedade em decorrência do tabagismo. Esse valor é o

resultado da soma de vários fatores, como o tratamento de doenças relacionadas ao tabaco, mortes de pessoas em idade produtiva, maior índice de aposentadorias precoces, aumento no índice de faltas ao trabalho e queda do rendimento produtivo. As políticas de prevenção são as de maior custo-efetividade, representando um importante componente da economia de um país no que se refere à manutenção da saúde da população. Por isso, o Banco Mundial mudou sua política no sentido de reconhecer os efeitos nocivos do consumo e da produção de tabaco para a saúde e para o desenvolvimento dos países e adotou a política de proibir a utilização de seus recursos para financiamento da produção de tabaco (OMS, 2008).

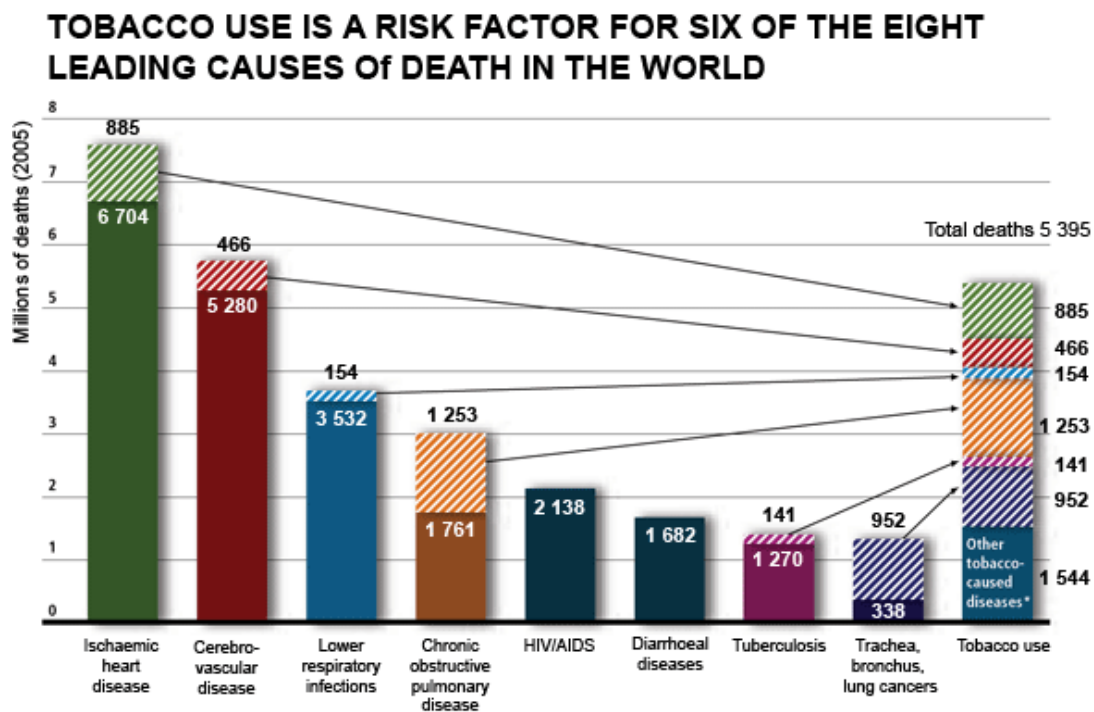


Figura 6. Uso do Tabaco é fator de risco para seis das oito principais causas de morte evitáveis no mundo.

Fonte: WHO Report on the Global Tobacco Epidemic, 2008: The MPOWER package.

A Figura 6 mostra as oito principais causas de morte no mundo e indica que em seis delas o tabagismo teve participação, resultando, em 2005, em cinco milhões de mortes. A Figura 7 faz a previsão de que em 2030 o tabagismo terá matado 175 milhões de pessoas, estando 140 milhões nos países em desenvolvimento, onde há uma tendência para o crescimento de usuários, combinada com a falta de recursos e com a aceleração dos problemas já existentes, como a fome.

TOBACCO WILL KILL OVER 175 MILLION PEOPLE WORLDWIDE BETWEEN NOW AND THE YEAR 2030

Cumulative tobacco-related deaths, 2005–2030

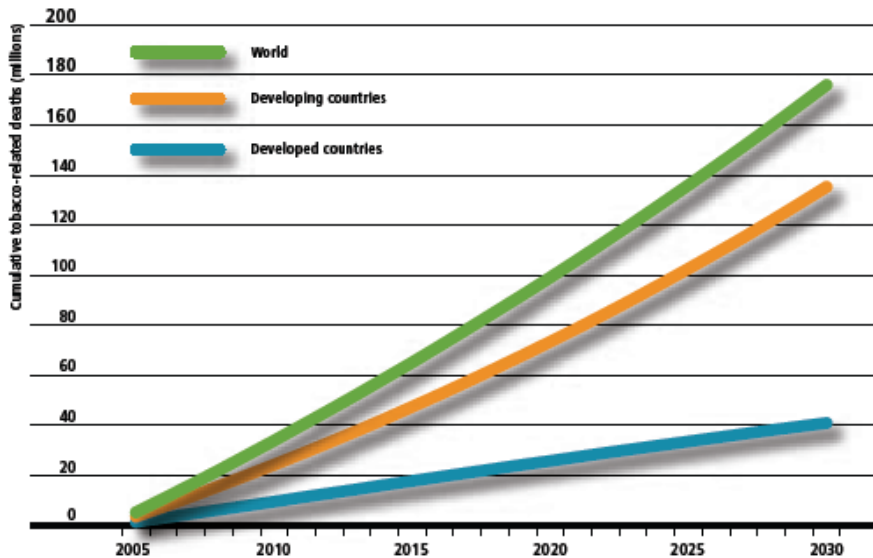


Figura 7. Mortes Acumuladas e estimativas para o ano 2030.

Fonte: WHO Report on the Global Tobacco Epidemic, 2008: The MPOWER package.

2.2.1. Danos ao ambiente

Além dos problemas que causam à saúde, o uso de agrotóxicos também traz conseqüências ao meio ambiente. Embora a pesquisa tecnológica tenha avançado em relação à redução do uso de agrotóxicos nas lavouras de fumo, o destino das embalagens continua sendo um problema ao meio ambiente. Mesmo com a tríplice lavagem das embalagens vazias, os produtos químicos podem continuar concentrados nos recipientes, contaminando a água e o solo.

Outro problema diz respeito à utilização de lenha para a secagem do fumo nas estufas, que traz conseqüências ao meio ambiente. De acordo com o Instituto Sócio Ambiental (ISA), a cada 300 cigarros acesos, uma árvore é derrubada. O fumante de um maço de cigarros por dia consome uma árvore a cada 15 dias. No caso do Brasil, essas árvores provavelmente são nativas da Mata Atlântica. Cabe observar que toda queima de árvore gera poluição e os desmatamentos reduzem a biodiversidade. Além disso, as matas nativas não são garantidas pelo reflorestamento.

2.2.2. Substâncias tóxica

O termo “agrotóxico”, definido pela Lei Federal nº 7.802/89, ao invés de “defensivo agrícola”, passou a ser utilizado no Brasil para denominar os venenos agrícolas, após grande mobilização da sociedade civil. Mais do que uma mudança de terminologia, o termo coloca em evidência a toxicidade desses produtos ao meio ambiente e à saúde humana.

No caso específico da fumicultura, observa-se uma diminuição da quantidade de agroquímicos aplicados nas lavouras nos últimos anos (produção de mudas e lavoura). De acordo com o SINDIFUMO, nos anos 90 utilizava-se, em média, 5,7 kg/ha. Atualmente utiliza-se menos de 1 kg/ha. As pesquisas de novas tecnologias realizadas pelo setor contribuíram para essa mudança, como é o caso do sistema *float*, que colaborou em larga medida para a redução dos níveis de venenos para o controle de pragas e ervas daninha na fumicultura. Através desse novo sistema foi possível a eliminação da utilização do Brometo de Metila nas lavouras a partir da safra 2003/04.

A saúde das famílias de agricultores que cultivam o fumo é sistematicamente agredida de diversas formas: pelo uso de agrotóxicos, pelo contato direto com a planta úmida (que libera nicotina, sendo absorvida pela pele) e pelo cheiro das folhas durante a secagem nas estufas

2.3. A fumicultura no Brasil

“A agricultura familiar abastece a nação. O agronegócio desemprega e exporta” (FETRAFSUL)

Segundo a FAO, a produção mundial de fumo dos anos mais recentes ficou bem abaixo dos parâmetros alcançados há alguns anos. Isto decorreu do fato de a maioria dos principais países produtores ter reduzido a produção.

O Brasil foi um dos países que melhor aproveitou a redução da produção mundial e nas últimas safras registrado recordes na sua produção que saltou de menos de 600 mil toneladas na safra 2000/01 para mais de 921 mil toneladas na safra 2003/04, produção recorde para o País (Tabela 1). Esse expressivo aumento da produção brasileira só foi possível porque havia uma crescente demanda no mercado internacional, a qual decorreu especialmente da intensiva redução da produção de alguns países importantes produtores e exportadores mundiais.

Tabela 1. Variação da produção e da exportação no Brasil

FUMICULTURA MUNDIAL			
Toneladas			
ANO	PRODUÇÃO		
	Brasil	USA	Zimbabwe
1980	372.970	806.030	125.000
1990	447.980	737.710	139.800
2000	577.110	453.600	245.210
2001	544.780	449.750	207.250
2002	669.950	403.000	165.840
2003	635.820	403.520	79.980
2004	882.650	383.780	69.050
2005	876.430	312.800	84.540
2006	803.540	333.950	83.780
2007	792.390	429.420	87.500
Var %	112	-47	-30
ANO	EXPORTAÇÃO		
	Brasil	USA	Zimbabwe
1980	129.900	273.480	98.980
1990	198.040	223.410	122.350
2000	353.020	179.890	182.070
2001	443.900	186.300	135.020
2002	474.470	153.320	142.810
2003	477.540	160.000	90.000
2004	592.850	153.320	71.000
2005	629.630	174.920	66.010
2006	581.380	126.170	66.000
2007	710.150	124.780	65.270
Var %	447	-54	-34

Fonte: www.afubra.com.br

Na comercialização da safra 2006/07, o preço médio recebido pelos produtores dos três estados do Sul ficou em R\$ 4,25/kg, 2,4% acima dos R\$ 4,15/kg da safra 2005/06.

A Tabela 2 mostra que a maior arrecadação é na venda interna mesmo com as altas taxações, o fumo vai ao mercado a R\$ 98,57(por kg) com taxas e R\$29,02 sem taxas, gerando um lucros de 3 bilhões as indústrias, e variação de 683% do preço pago ao produtor.

Tabela 2. Dados referentes ao ano de 2007, e relaciona valores finais preço vendido e preço pago para o fumo cru no Brasil.

Faturamento ano 2007	Ton. folha	US\$	R\$	R\$/Kg	R\$ pago	Var.%
Exportação	710150	2.262.370.000,00	4.316.601.960,00	6,078	4,25	143,022
Interno	111390	5.755.435.744,23	10.981.371.400,00	98,58	4,25	2319,64
Tributos	----	4.060.727.819,71	7.747.868.680,00	--	--	--
(Interno - Tributos)	111390	1.694.707.924,53	3.233.502.720,00	29,028	4,25	683,03

Fonte: AFUBRA

Os baixos preços recebidos pelos produtores brasileiros têm sido um dos fatores fundamentais para o crescimento dos investimentos das transnacionais no Brasil e o conseqüente crescimento da produção do tabaco brasileiro. Já ao contrário, nos países onde os produtores são mais bem remunerados pelo seu trabalho, como no Japão, Estados Unidos e Europa, a tendência é de declínio na produção, como já pode ser observado no item sobre a produção mundial (Tabela 3).

Tabela 3. Preços do fumo recebidos pelos produtores, em países selecionados

PAÍS	PREÇO POR QUILO (em Reais)	PREÇO POR ARROBA (em Reais)
Brasil	4,25	45,00
Estados Unidos	13,55	203,25
Europa	22,58	338,70
Japão	40,64	609,60

Fonte: DESER, 2007

A Tabela 4 representa um levantamento do comparativo dos custos de produção de fumo e resulta em um valor quase três vezes menor pago pelas empresas. Comprovando que o fumo é uma atividade trabalhosa e contribui para situações de risco.

Tabela 4. Comparativo de custos de produção entre pesquisa (CARVALHO) e AFUBRA

Discriminação	Pesquisa	AFUBRA
	R\$/Ha	R\$/Ha
1. CUSTOS VARIÁVEIS		
Mão-de-obra familiar	2.983,04 ²⁴	3.275,47
Mão de obra adicional (peões)	2.485,00 ²⁵	-
Total mão-de-obra	5.468,04	3.275,47
Operações com animais	77,85	77,85
Operações com máquinas	75,78	75,78
Operações com benfeitorias	84,87	84,87
Suprimentos agrícolas	5.396,44 ²⁶	1.575,54
Lenha	1.440,00 ²⁷	516,21
Energia elétrica	9,93	9,93
Seguro da produção	126,71 ²⁸	181,77
Funrural	147,83	147,83
Despesas financeiras	384,50 ²⁹	103,39
Gastos Gerais (pequenos gastos adicionais)	1.444,00	-
SUB-TOTAL	14.655,95	6.048,63
Correção do solo	642,00	44,06
Depreciação global máquinas, utensílios e implementos	560,62	539,63
Manutenção global máquinas, utensílios e implementos	140,15	-
Renda da Terra	1.200,00	-
SUB-TOTAL	2.542,77	581,78
TOTAL	17.198,72	6.630,42
PRODUTIVIDADE kg/ha	2.092	2.092
CUSTO OPERACIONAL RS/kg	8,22	3,17

Fonte: Carvalho, Tese de doutorado, 2006

2.3.1. Principais Empresas Fumageiras

Quando analisada a situação específica das indústrias fumageiras do Brasil, observa-se que as maiores empresas estão vinculadas ao capital internacional, seguindo a dinâmica mundial de fusões e aquisições.

A **Souza Cruz**, A Souza Cruz é líder do mercado brasileiro de cigarros, com participação de 75% no total comercializado anualmente. Destaca-se também na exportação de fumo, que se tornou um importante ramo de negócios da companhia.

Fundada em 1903, iniciou o processo de fomento da produção de fumo na região Sul a partir de 1920, quando a empresa instalou sua primeira usina de beneficiamento de fumo em Santa Cruz do Sul. Nas décadas seguintes, consolidou sua posição no mercado, inaugurando fábricas e abrindo filiais em todo o país. A Souza Cruz é subsidiária do grupo British American Tobacco, o segundo maior grupo do mundo no mercado de tabaco, com atuação em cerca de 180 países.

A empresa atua de maneira integrada com cerca de 45 mil agricultores. A maior parte da produção é processada em Santa Cruz do Sul, mas possui ainda centros de processamento de fumo em Blumenau (SC) e Rio Negro (PR). As suas duas modernas fábricas de Cachoeirinha (RS), inaugurada em 2003, e de Uberlândia (MG) possuem capacidade instalada de 110 bilhões de unidades de cigarros por ano.

A *Philip Morris Brasil*, uma das empresas do Grupo Altria, é a maior companhia do setor de tabaco do mundo. A empresa possui uma participação de 14% no mercado internacional de cigarros. As empresas afiliadas da Philip Morris International vendem cigarros para mais de 160 países e empregam mais de 40 mil pessoas em todo o mundo. Entre 1970 e 2004, o lucro operacional da empresa aumentou de US\$ 54 milhões para US\$ 6,6 bilhões e o volume produzido passou de 87 bilhões para 761 bilhões de cigarros, no Brasil. A empresa produz a marca mais vendida no mundo (*Marlboro*), além de outras marcas populares no Brasil (*L&M e Dallas*). A *Philip Morris* iniciou suas operações no Brasil em 1973, inaugurando sua primeira fábrica em Curitiba (PR). Quinze anos mais tarde transferiu suas instalações para Santa Cruz do Sul.

A *Universal Leaf Tabacos Ltda.* é subsidiária do grupo Universal Leaf Corporation, fundada em 1918, nos Estados Unidos e é líder mundial em negócios com fumo em folha e chá. A empresa atua no Brasil desde 1970, sendo a maior exportadora do Rio Grande do Sul. Em 2004, as exportações da empresa movimentaram US\$ 396 milhões. A sede da empresa, em Santa Cruz do Sul, é a unidade industrial com maior capacidade diária de beneficiamento de fumo do mundo. Nos três Estados do Sul do

Brasil, a empresa mantém integração com 55 mil produtores. Na safra 2004/05, a Universal processou em torno de 250 milhões de quilos de fumo

A *Alliance One*, resultado da fusão da Dimon do Brasil Tabacos Ltda. e Meridional de Tabacos, em 2005, tem sua sede em Santa Cruz do Sul. A partir da fusão, desativou algumas unidades processadoras, mantendo sete unidades nos três estados do Sul, com uma capacidade de processamento de 270 mil toneladas. Integra 56 mil produtores de fumo, sendo que 90% do tabaco que processa é destinado à exportação.

A *Continental Tobaccos Alliance S.A.*, com matriz em Venâncio Aires (RS), constituída em 1994 possui 17 mil produtores integrados dos três estados do Sul. Possui três filiais voltadas exclusivamente para a compra de fumo: Araranguá e Ituporanga (SC) e Irati (PR). Cerca de 90% do tabaco beneficiado por ela vai para mais de 50 países na América do Norte, Mercado Comum Europeu, Leste Europeu, África, Oriente Médio, América Latina e Extremo Oriente. Em 2004, o faturamento da empresaA foi de R\$ 638 milhões.

A *Kannenberg e Cia Ltda.* iniciou suas atividades em 1953. A partir de 1996, iniciou a exportação de fumo beneficiado para diversos países. Sua matriz está localizada em Santa Cruz do Sul (RS) e suas filiais em Morro da Fumaça e Apiúna (SC) e em São Mateus (PR). A Kannenberg possui cerca de 8.200 produtores integrados, dos quais adquire anualmente em torno de 42 mil toneladas de tabaco, sendo que 80% desse volume é exportado para países da Ásia, União Européia, América do Norte, América Latina, Leste Europeu e África.

A Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos Ltda é uma empresa de capital nacional, com sede em Venâncio Aires (RS). A empresa iniciou suas atividades em 1991, adquirindo e comercializando tabaco. A Brasfumo tem capacidade de beneficiar em média 8,5 mil quilos de tabaco por hora. Possui cerca de 5.900 produtores integrados e um volume de cerca de 23,5 mil toneladas de tabaco por ano, destinado exclusivamente à exportação.

2.3.2. Fábrica de dinheiro

As fumageiras tem rendimentos semelhantes aos de grandes bancos. A Souza Cruz lidera o mercado brasileiro de cigarros, com uma participação de 75,2%, com uma receita operacional bruta de R\$ 7,9 bilhões (2005). Em 2005, a empresa obteve um lucro líquido de R\$ 693 milhões (42% de seu Patrimônio Líquido), aproximadamente 5% menos que no exercício de 2004 (R\$ 732 milhões), conforme mostra a Tabela 5.

Apesar da desculpa que as fumageiras dão que no Brasil é inviável pagar mais pelo fumo devido à alta taxa de impostos, eles descontam na supervalorização do cigarro, aonde o consumidor paga mais e isso responde a empresa mais da metade da participação dos lucros das empresas

Tabela 5. Resultados Financeiros Souza Cruz - 2003 a 2004

Itens	2003	2004	2005
Lucro Líquido – R\$ milhões	769	732	693
Lucro Operacional – R\$ milhões	1.019	963	966
Patrimônio Líquido – R\$ milhões	1.537	1.616	1.651
Venda de cigarros - bilhões de unidades	76,8	74,3	75,9
Particip. mercado doméstico de cigarros - % (*)	76,8	75,2	59,2
Exportações - mil toneladas	96,6	112,1	117,1
Exportações - US\$ milhões	274,0	320,9	338,2
Investimentos - R\$ milhões	128	105	148

Fonte: Souza Cruz.

2.4. O fumo no Sul do Brasil e em Santa Rosa de Lima

A fumicultura é uma das atividades agroindustriais de maior importância econômica e social na região Sul do Brasil (Figura 8). Em 730 municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a produção de fumo, alcançou 720 mil toneladas na safra 2007/2008, cultivado em 354 mil hectares por 182 mil famílias de agricultores integrados que participaram desse ciclo produtivo, formando um universo de aproximadamente 800 mil pessoas no meio rural. Esta safra proporcionou receita na ordem de R\$ 3,8 bilhões aos pequenos produtores rurais (SINDIFUMO, 2008).



Figura 8. Levantamento do fumo no Sul.

Fonte: SINDIFUMO, 2008.

Entre os produtores de fumo 89,9% não concluíram o ensino fundamental e 0,5% não são alfabetizados. As famílias produtoras são compostas, em média por 4,6 pessoas por unidade familiar, das quais 2,9 pessoas por família trabalham diretamente na produção do fumo e, em média, cada família contrata mais 1,3 pessoas para complementar o trabalho familiar. (DESER, 2007)

A grande maioria dos fumicultores possui pequenas áreas de terra, com 63% possuindo menos de 20 hectares. É significativa a participação de arrendatários e parceiros na produção do fumo (20%). Segundo estudo da Afubra, na média das famílias produtoras, a área plantada com fumo ocupa 16,1% de todo o estabelecimento, cuja área média é de 16,8 hectares. No entanto, o fumo ocupa 38,9% da área de produção agrícola, O valor da produção de fumo representa 86,6% do valor total da produção agrícola e 72,3% do valor da produção agropecuária, o que significa uma expressiva especialização e, por outro lado, uma baixíssima diversificação (Tabela 6).

Outro aspecto importante a ser verificado é que, apesar do fumo apresentar um peso considerável na economia desses municípios, a cultura do fumo não tem sido um fator de desenvolvimento destes. A maioria dos municípios produtores de fumo situa-se no grupo de localidades com menor desenvolvimento nos seus respectivos Estados. (MDA,2007)

Tabela 6. Perfil do Fumicultor do Sul do Brasil – Tamanho das Propriedades Safra 2007/2008

Hectares	Famílias	%
0	39.050	21,6
de 1 a 10	65.517	36,3
de 11 a 20	47.968	26,6
de 21 a 30	18.628	10,3
de 31 a 50	7.282	4,0
Mais de 50	2.075	1,1
Total	180.520	100

Fonte: AFUBRA

2.4.1. O fumo em Santa Rosa de Lima

Santa Rosa de Lima é um município predominantemente rural localizado no território das Encostas da Serra Geral, principal corredor ecológico entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Com uma população de 2096 habitantes, tem uma das mais baixas densidades demográficas do estado da Santa Catarina: 10,16 hab./km² (IBGE, 2006).

Rica em belezas naturais, com diversas cachoeiras, rios de água cristalina, fonte termomineral e a beleza do paredão da encosta da Serra Geral, Santa Rosa de Lima volta suas ações para o desenvolvimento do turismo sustentável - agroturismo, turismo de aventura, turismo científico e ecoturismo.

A colonização do município com a chegada dos primeiros colonos alemães teve início em 1905. Divergindo do habitual da época, o apoio do governo ou das empresas colonizadoras não se fez presente. Por isto, os agricultores tiveram que contar com a própria iniciativa na estruturação da ocupação.

A policultura e a criação de pequenos animais foram às estratégias utilizadas desde os primórdios da colonização para a reprodução do núcleo familiar: garantia, ao mesmo tempo, a sobrevivência e a geração de excedentes para a comercialização.

Durante muito tempo, até meados dos anos 1960, a venda da banha do porco foi a atividade principal, e também a economicamente mais rentável. Coincidindo com o advento da “revolução verde”, esta atividade entrou em decadência, uma vez que a soja e seus derivados substituem a banha.

Uma das alternativas foi a integração agroindustrial do fumo, inaugurando o processo de “modernização” da agricultura de Santa Rosa de Lima, aonde todos os insumos eram fornecidos pela empresa integradora, como sementes, adubo químico, agrotóxicos, além da assistência técnica e do acesso ao crédito agrícola.

Apesar de ser um tipo de cultivo extremamente nocivo à saúde dos agricultores e com uso intensivo em mão-de-obra, envolvendo todo núcleo familiar, o fumo proporcionava uma maior segurança financeira às famílias de agricultores, através da garantia de compra da produção. A renda proveniente da venda da safra permitia um crescimento do patrimônio. No entanto, o esgotamento desta cultura se faz notar a partir 1993 (Figura 9), dando início a uma segunda grande crise no município de Santa Rosa de Lima.

A redução das receitas da produção de fumo pode ser atribuída, ao aumento das taxas de juros e dos custos de financiamento bancário, o aumento dos preços dos insumos, a estagnação dos preços dos produtos agrícolas, o maior rigor nos critérios de classificação do fumo pelos comerciantes de fumo em folha.

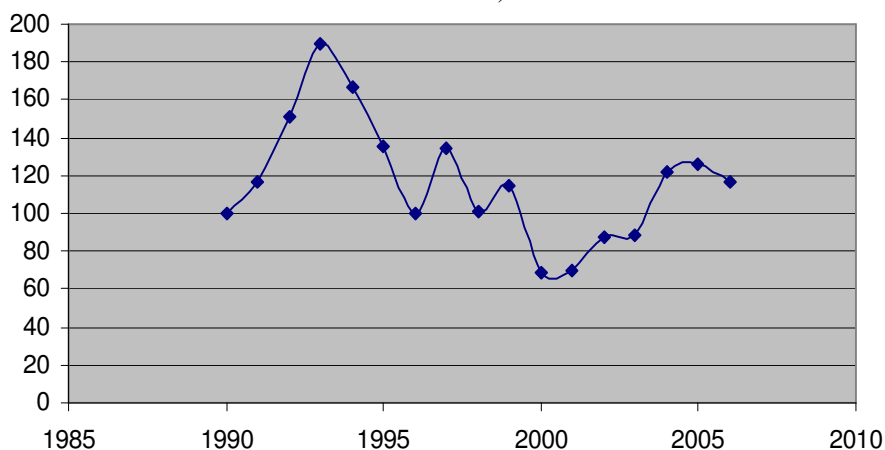


Figura 9. Variação da área plantada de fumo em Santa Rosa de Lima (porcentagem versus ano, considerando 100% em 1990).

Na busca de alternativas de renda durante a crise do fumo, uma das opções dos agricultores foi o desenvolvimento de atividades leiteiras. Na metade na década de 90, com a instalação de uma indústria de laticínios na região, as condições de comercialização melhoraram consideravelmente (Schimidt, 2007).

2.5. Controle no Brasil

O INCA desenvolve papel importante como Centro Colaborador da OMS para o Programa "Tabaco ou Saúde" na América Latina, cujo objetivo é estimular e apoiar políticas e atividades controle do tabagismo nessa região, e no apoio à elaboração da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, idealizado pela OMS para estabelecer padrões de controle do tabagismo em todo o mundo.

2.5.1. Convenção Quadro para Controle do Tabaco e seus Protocolos

Durante a 52ª Assembléia Mundial da Saúde, os países membros das Nações Unidas propuseram a adoção do primeiro tratado internacional de saúde pública da história da humanidade: a **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**.

O Brasil participou de todo o processo da Convenção-Quadro, tendo papel de destaque no processo de elaboração e de negociação do tratado, foi o segundo país a assinar o documento final. Para subsidiar o governo brasileiro no processo de negociação da Convenção-Quadro, foi criada a Comissão Nacional para o Controle e Uso do Tabaco através do Decreto nº 3136, de 13/08/99.

Analisando os debates sobre o fumo pode-se descrever duas tendências. A atual é a mudança da produção e consumo para países em desenvolvimento, devido à procura das empresas por baixas taxas e baixo custo de produção, e aonde há futuros clientes

que não são alertados nem educados contra os danos do tabagismo. Países desenvolvidos já comprovaram que as despesas com o tabagismo é muito maior que a receita, propagandas e campanhas são feitas para prevenir que apareçam novos clientes, ainda que as taxas e preço de mão de obra é muito elevado, portanto dificultando o consumo.

A outra tendência visada pela OMS é a diminuição da procura e a quebra do sistema, então a Convenção Quadro propõe:

Preâmbulo: *Conscientes das dificuldades sociais e econômicas que podem gerar a médio e longo prazo, os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou com economias em transição, e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas no nível nacional.*

Artigo 4º, parágrafo 6º: *Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição.*

Artigo 17: *As partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte.*

Para ajudar na identificada epidemia do tabaco, um pacote de seis medidas economicamente viáveis foi introduzido no relatório, o pacote “MPOWER”. Cada letra da sigla MPOWER corresponde a uma das seis intervenções a seguir:

- (Monitor) Monitorar o uso do tabaco e políticas de prevenção;
- (Protect) Proteger as pessoas da fumaça do tabaco;
- (Offer) Oferecer ajuda para a cessação do tabagismo;
- (Warn) Avisar sobre os malefícios causados pelo tabaco;
- (Enforce) Aplicar proibições de publicidade, promoção e patrocínio;
- (Raise) Elevar a tributação incidente sobre o tabaco.

Com a ratificação da Convenção-Quadro pelo Senado Federal, em outubro de 2005, foi anunciada, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, a criação do

Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. O principal objetivo do Programa é preparar as famílias fumicultoras para enfrentarem a tendência da redução do consumo de tabaco e, por conseqüência, da produção, de modo a garantir a possibilidade de diversificação de cultivos como uma alternativa de geração de renda para o conjunto das famílias envolvidas com a produção de fumo.

2.6. Políticas Públicas de apoio à Agricultura Familiar

Entende-se por Políticas Públicas “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público” (Guareschi, Comunello, Nardini & Hoenisch, 2004)

As políticas Públicas aparecem como oportunidade e estímulo ao produtor de fumo para sair da condição de vulnerabilidade. Abaixo apresenta as principais políticas que tem significado na região e que poderão dar suporte ao projeto.

2.6.1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1995, se propõe a fortalecer a agricultura familiar como categoria social, mediante apoio financeiro, capacitação e apoio à infra-estrutura social e econômica dos territórios rurais fortemente caracterizados pela agricultura familiar.

O público-alvo do programa são os agricultores familiares que possuem as seguintes características: a) parte da renda familiar ser proveniente da atividade agropecuária, variando de acordo com o grupo em que o beneficiário se classifica (30% no grupo B, 60% no grupo C, 70% no grupo D e 80% no grupo E); b) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos quando se tratar de atividade pecuária); c) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; d) utilizar mão-de-obra predominantemente familiar; e) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; f) possuir renda bruta familiar de até R\$ 60 mil por ano. (MDA)

No ano-safra de 2005/06, o Pronaf realizou um total de 1.908.277 contratos, aplicando R\$ 7,6 bilhões, dos quais R\$ 4,1 bilhões foram para custeio e R\$ 3,5 bilhões para investimento (DESER, 2007)

Até a safra 2001/02, os produtores de fumo podiam acessar o Pronaf para financiar o custeio da sua lavoura. Mas quem, de fato, fazia o financiamento era a própria empresa fumageira. Apesar de a empresa fumageira responsabilizar-se pelo pagamento dos juros do Pronaf, o que poderia representar um ganho para o produtor, a obrigatoriedade da compra dos insumos da própria empresa, a preços determinados pela empresa, não apenas anulavam o bônus concedido pela empresa, mas transformava o Pronaf numa política que favorecia mais a empresa fumageira do que os agricultores.

Esta alteração fez com que os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) não fossem mais usados para custeio das lavouras do fumo e, a partir de 2002 as empresas deixaram de utilizar recursos do PRONAF para o fumo.

No entanto após aprovação da Convenção-Quadro, a Secretaria de Agricultura Familiar refletiu sobre as dificuldades sociais e econômicas que os programas de controle do fumo podem gerar, bem como as necessidades de financiamento no enquadramento das estratégias de desenvolvimento sustentável e de transformação à adaptação a novas situações ou tecnologias, em 2005, passou a garantir aos agricultores familiares que se dedicam à produção de fumo, financiamento nas linhas de investimento do Pronaf. A exigência desta medida é que o financiamento para investimento seja destinado a atividades, culturas e/ou criações distintas da fumicultura. Os produtores que acessarem o crédito deverão comprovar que no mínimo 20% da renda gerada pelo estabelecimento são originárias de outras atividades que não o fumo.

Desta forma, o Pronaf, tanto a partir de suas linhas de custeio e investimento como nas suas linhas específicas constitui-se num importante instrumento para potencializar a diversificação ou reconversão para os produtores de fumo.

2.6.2. Programa de Aquisição de Alimentos

O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, criado em julho de 2003 pela Lei nº 10.696, é um programa de política pública desenvolvido para incentivar a agricultura familiar no âmbito de políticas estruturantes do Programa Fome Zero, que visa promover a inclusão social no campo e garantir alimento a populações em situação de insegurança alimentar. Por meio da compra da produção familiar, ao comprar a produção da agricultura familiar, o Governo garante um preço justo e renda aos agricultores e, ao mesmo tempo, reduz o preço das cestas destinadas aos programas sociais e facilita o processo de doação de alimentos. .(MDA)

O PAA pode contribuir para diversificar os produtos comercializados pela agricultura familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com recursos do MDA, proporciona ainda dois outros subprogramas. O Compra Direta da Agricultura Familiar, com objetivo de garantia de renda aos agricultores familiares quando os preços de mercado dos produtos estão abaixo de preço de referência do PAA. O PAA permite a compra de R\$3500,00 por declaração de aptidão. Já o subprograma de “Formação de Estoques pela Agricultura Familiar” prevê a liberação de recursos para organizações associativas e cooperativas, num limite de R\$ 1,5 milhão por organização, para que esta possa adquirir de seus associados a matéria prima necessária para a transformação, formando estoque para posterior comercialização, em momentos mais favoráveis.

2.6.3. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão

Em 2003, foi construída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, coordenada pelo Departamento de Ater, da Secretaria da Agricultura Familiar. Essa Política pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. O papel da ATER é desenvolver um trabalho que permita ao agricultor familiar tomar decisões sobre sua propriedade, acessando informações sobre os programas e políticas existentes para o setor, sendo fundamental na implementação de propostas de diversificação nas áreas de produção de fumo especialmente ampliando iniciativas inovadoras

Os princípios da Política Nacional de Ater para o desenvolvimento de ações estruturantes da diversificação em áreas de tabaco são cinco.

Desenvolvimento Sustentável - desenvolvimento de alternativas produtivas e geradoras de renda que tenham a preocupação com a questão ambiental, com a qualidade de vida das famílias e com a transição agroecológica dos sistemas produtivos.

Segurança Alimentar - produção limpa e diversificada, permitindo que as famílias tenham acesso ao alimento nas propriedades, com qualidade e em quantidade suficiente para o consumo e comercialização.

Diversificação do Sistema Produtivo - valorização dos conhecimentos locais, da pluriatividade e multifuncionalidade.

Participação - contribuir para a autonomia progressiva dos agricultores, valorizando a construção de conhecimentos, a troca de informações, a geração de oportunidades para mulheres e jovens rurais.

Parcerias – ação descentralizada e ao mesmo tempo integrada com organizações governamentais e não-governamentais, universidades, instituições de Ater, pesquisa, em nível estadual, municipal e local. (PNATER, 2004)

2.6.4. Projeto Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional

O Plano Nacional de Turismo (PNT2007/2010) apresenta, de forma consolidada e sistemática, as diretrizes da Política Nacional de Turismo, constituindo um instrumento de planejamento, gestão e ação estratégica que orienta a atuação do governo no setor, de forma articulada com a iniciativa privada. A principal intenção do plano é a de expansão e fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo, buscando consolidar o Brasil como um dos principais destinos turísticos mundiais. Assim, como forma de promover o desenvolvimento do turismo regionalizado em todo o País e fortalecer a gestão descentralizada e participativa da Política Nacional de Turismo, estruturou-se em 2004 a gestão do Programa de Regionalização — Roteiros do Brasil, de modo participativo e descentralizado, para ordenar e diversificar a oferta turística nacional. Constituindo um Macroprograma do PNT 2007/2010, o Programa de Regionalização do Turismo — Roteiros do Brasil.

Do programa foram selecionados 65 destinos indutores e o município de Santa Rosa de Lima (juntamente com outros três: Anitápolis, Rancho Queimado e Urubici, todos em Santa Catarina) foi escolhido como um deles no segmento turismo rural. Com isso, ele passará a receber assistência técnica e financeira do ministério do turismo e servirá de referência para o desenvolvimento do segmento de que faz parte.

2.7. Desafios à diversificação

A falta de recursos para investimentos, ausência de canais de comercialização para grande parte das culturas agrícolas tradicionais, juntamente com outras restrições tais como limitações na infra-estrutura de transporte e armazenamento, são fatores que contribuem para dificultar a transição da cultura do fumo para cultivos alternativos.

As questões apontadas abaixo aparecem como um apanhado geral da região produtora de fumo no sul do Brasil, e que se refletem também nas Encostas da Serra Geral.

-Estrutura fundiária

Uma das questões importantes é a estrutura fundiária (Figura 10) e o tamanho do estabelecimento, os produtores de fumo do Sul do Brasil caracterizam-se por serem agricultores minifundiários. Além disso, o terreno acidentado dificulta a inclusão de novas culturas.



Figura 10. Perfil do fumicultor no sul do Brasil

Fonte: www.afubra.com.br

-Baixa produção de subsistência

A produção para auto-consumo também é bastante baixa entre os fumicultores, devido a sua total dedicação ao fumo e a destruição do ecossistema através de desmatamentos e agrotóxicos.

-Estabilidade financeira

O desenvolvimento de programas e projetos de diversificação e/ou substituição da renda nas áreas de produção de fumo deve considerar os enormes desafios e entraves que estão colocados.

Nas famílias de fumicultores, o valor bruto da produção comercializada (VBP) proveniente do fumo representa 65% do valor total, demonstrando uma forte especialização da atividade. A produção e comercialização de leite (11% do valor) aparece como segundo produto na maioria dos produtores de fumo. Entre os fumicultores com fumo de estufa, essa especialização no fumo é ainda maior, representando 75,4% do valor bruto total. Dependem exclusivamente do fumo para obtenção da renda agrícola 10,4% dos fumicultores. Para 21,9% o fumo responde por mais de 90% do VBP e para 40,7% representa mais de 75% do VBP. (MDA,2007)

Para o produtor, a produção de tabaco tem uma capacidade de geração de renda estável o que poucas outras culturas conseguem proporcionar. Possui um mercado garantido e de fácil acesso, não existe preocupação com a comercialização.

A entrada na produção de fumo se dá, muitas vezes por falta de alternativas, e o processo de integração cria também uma dependência e com o alto investimento exigido, especialmente no fumo de estufa, criando dificuldades para sair. É uma cultura altamente intensiva o que demanda total atenção,

“O grande desafio é facilitar o acesso às informações ao fumicultor, pois as empresas fumageiras promovem um poderoso esquema de manipulação induzindo o pequeno agricultor a assumir que a cultura do fumo representa a única alternativa. A empresa vai impondo ao agricultor uma efetiva alienação tecnológica, segundo a qual o seu saber fazer, com o passar do tempo, limita-se à produção de fumo. Assim a tarefa se coloca é informacional e cabe, em nosso entendimento, ao poder público através de seus organismos de pesquisa e extensão agropecuária, notadamente das universidades públicas.” (CARVALHO, 2006)

3. O Programa Nacional De Diversificação em Áreas Produtoras de Tabaco (PNDAPT) nas Encostas da Serra Geral: os atos e os atores

O PNADT está em seu processo de execução, o acompanhamento de atividades de extensão e participativa direta a campo na elaboração dos projetos de pastoreio Voisin foram feitas para cumprimento do objetivo.

O Programa tinha seu início previsto para setembro de 2007, mas devido a certas barreiras ao repasse dos recursos, seu começo atrasou.

Diante do exposto nas referências, os programas de diversificação nas áreas aonde há cultivo de fumo, deve considerar diversos fatores, articuladamente: capacidade de geração de renda, segurança e estabilidade na produção e comercialização, condições de reprodução familiar, bem estar e saúde da família. Além disso, as propostas devem levar em consideração não somente a individualidade unidade familiar, mas sua inserção na comunidade e no território. O acesso a mecanismos e políticas que potencializem a diversificação precisa estar vinculado a dinâmicas que repensem os processos de desenvolvimento dos territórios onde a produção de tabaco está inserida.

A diversificação dos meios de vida poderá oferecer uma contribuição decisiva ao desenvolvimento rural em vários níveis; através da distribuição de renda, via aumento da produtividade rural em que a diversificação no interior das unidades de produção; através do meio ambiente, em face da redução da necessidade de os agricultores pobres super explorarem o solo agrícola; através das relações de gênero, pois a melhoria da distribuição da renda entre membros da família pode alterar as relações de dominação, e por meio de uma maior segurança em relação aos efeitos macroeconômicos em relação ao acesso ao mercado e a variação constante de preços.

A região já apresenta alguns casos de sucesso anteriores ao **PNDAPT**, com esforços para passar do fumo para uma agricultura mais sustentável (Anexo II, IV). Também ocorreram casos onde o produtor desistiu do fumo pelos diversos males que ele causava. Contudo, como esse produtor só se dedicava ao fumo, perdeu sua única fonte de renda, passando então para produção de carvão vegetal a partir de mata nativa, que era um dinheiro rápido e garantido. Com programas como o PAA e o apoio técnico recebido pela AGRECO, é possível, agora, produzir alimentos orgânicos. No caso de uma das propriedades em que foi feito o projeto de pastoreio Voisin, tal contexto fez com que a família decidisse produzir leite orgânico, atividade que será conduzida pelo filho, um educando do CEDEJOR(Anexo III).

Com um ambiente institucional favorável, a diversificação representa uma forma de gerar oportunidades de emprego e ocupação para os membros das famílias de agricultores. A diversidade proporciona facilidade na alocação dos fatores produtivos e cria uma diferenciação nas trajetórias profissionais dos indivíduos de uma mesma família, segundo o interesse dos membros e as possibilidades ofertadas pelo mercado. Amplia-se a estratificação e a mobilidade social e cria-se um círculo de ativação econômica que incrementa a produção, a circulação de mercadorias e as oportunidades de emprego. O espaço rural se modifica valorizado pelas suas funções paisagísticas, gastronômicas, culturais, e outras. Assim com crescimento da propriedade como local de moradia, como uma empresa passa a ser valorizado como patrimônio, quando este passa a fazer parte da renda dos familiares.

Por causa da sazonalidade das colheitas e mesmo dos imprevistos climáticos e de mercado, o acesso às rendas provenientes de atividades não agrícolas garante maior estabilidade e periodicidade nos ganhos dos agricultores, reduzindo a vulnerabilidade das famílias no meio rural. O que pôde ser verificado em algumas propriedades da região que passaram a fazer parte do Acolhida na Colônia – oferecendo serviços de turismo, mas mantendo suas características e atividades seja na roça ou nas agroindústrias – é que se abriu um leque de novas opções de trabalho e renda como o rafting, a trilha, os almoços e eventos, e até a própria visita à agroindústria.(ANEXO II)

O Programa Nacional de Diversificação aparece como uma oportunidade para continuação dos trabalhos existentes na região, e afirma a potencialidade dela se tornar um centro promotor de desenvolvimento territorial. Com vistas nessa oportunidade, e considerando o pleno ajustamento às diretrizes do **PNDAPT**, a **AGRECO**, em parceria com o **SEBRAE**, encaminhou um projeto ao **MDA**. Esse projeto foi acolhido e seu Plano de Trabalho foi integralmente aprovado.

Por ser um projeto que envolveu diversas instituições e perspectivas, é importante apresentar alguns aspectos delas.

3.1. AGRECO

A Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral é o principal ator mobilizador de recursos humanos e tecnológicos, garantindo a eficácia nas ações de desenvolvimento.

A AGRECO foi fundada em 1996 com um núcleo original de 12 famílias. A maior motivação para sua constituição veio de uma liderança local, um empresário proprietário de uma rede de supermercados na capital do estado. O empresário lançou o desafio aos agricultores de comprar o que as famílias pudessem produzir sem o uso de agrotóxicos, que em algumas viagens feitas a Europa, o supermercadista tomou contato com um promissor nicho de mercado: a venda de produtos cultivados sem agrotóxicos (AGRECO, 2003).

Neste primeiro período, que vai de dezembro de 1996 até meados de 1998, a Associação contou com a assistência de professores do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com técnicos da Epagri e com o apoio do poder público local. Na época, toda a produção era vendida in natura e transportada semanalmente para os dois supermercados da rede em Florianópolis. No entanto, os primeiros problemas relacionados à comercialização iriam aparecer já naquela época e podem ser resumidos nos seguintes termos: a produção era comercializada a partir da produção, mas, como esta era limitada por um sistema de cotas, a diretoria enfrentava crescentes dificuldades para firmar novos contratos de venda e, ao mesmo tempo, sincronizar o ciclo produtivo dos alimentos cultivados (Schmidt, 2002).

O segundo período vai de meados de 1998 até o início do ano 2000 e marca importantes mudanças de rumo na Associação. Primeiramente porque, entre meados de 1998 e 31 dezembro daquele mesmo ano, o número de associados salta de 200 para aproximadamente 500, englobando mais de 200 famílias e abrangendo outros municípios citados anteriormente. Em segundo lugar, e este é o motivo principal que desencadeou de fato o crescimento vertiginoso no número de associados, a região preparava-se para se enquadrar em um projeto de desenvolvimento da agricultura familiar – “Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede”, meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Ministério da Agricultura. A extinção da SDR e o não financiamento das agroindústrias fez com que se reduzisse o número de 53 para 27 reduzindo o número de pessoas envolvidas.

Um dos principais objetivos do projeto foi o de adicionar valor aos produtos da agricultura familiar, através da instalação de pequenas unidades agroindustriais, integradas em rede e vinculadas a uma unidade central de apoio gerencial, de caráter intermunicipal, e administrado pelos próprios agricultores. O projeto incluiria, ainda, os

seguintes serviços: a) assistência técnica; b) marketing e comercialização; c) aquisição conjunta de máquinas, equipamentos e insumos; e, o mais importante, d) vendas conjuntas aos consumidores finais. As vendas conjuntas tinham por objetivo eliminar a intermediação no processo de vendas, gerando maiores retornos para os agricultores.

Neste meio tempo, a região consegue, por outro lado, apoio técnico estadual (que viria de todo modo, a ser necessário para a construção das agroindústrias) ao inserir-se no “Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção” (Desenvolver), do governo estadual. O programa Desenvolver contou, por sua vez, com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), por meio de seu “Programa de Tecnologias Adaptadas” e serviu para disponibilizar um quadro técnico qualificado a serviço dos agricultores. No âmbito governamental, conforme afirma Schmidt (2002), os apoios de prefeituras municipais, da EPAGRI e, posteriormente, da Superintendência Regional de Santa Catarina do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SC) foram fundamentais para a participação da região no programa DESENVOLVER. Talvez por isto, a idéia de se trabalhar com produtos processados, viabilizados pela construção das agroindústrias tenha sido uma alternativa buscada pela diretoria da associação para vencer mais uma crise.

Terceiro e último período compreende os anos entre 2000 até os dias atuais. Nesta fase, foram construídas 27 agroindústrias que passaram produzir diversos produtos de origem vegetal e animal, como o salame de suíno, o mel de abelhas, o açúcar mascavo e seus subprodutos, a produção de conservas, a produção de ovos caipira, o beneficiamento do leite e a produção de hortaliças. Estas últimas comercializadas exclusivamente em feiras locais. Em relação à produção de conservas, esta foi uma das saídas da diretoria para tentar reconverter os antigos produtores de hortaliças para a produção de não-perecíveis.

O apoio recebido nesta fase veio essencialmente de uma parceria com o SEBRAE, através do “Projeto Vida Rural Sustentável” um projeto-piloto e modelo de desenvolvimento agrícola sustentável que por três anos injetou recursos financeiros para custear despesas com a capacitação dos agricultores, além de garantir o funcionamento do escritório da associação.

A Agreco trabalha com o desenvolvimento de uma oferta diferenciada, valorizando os recursos e a comunidade, servindo de agente promotor de recursos

territoriais. Entra ao projeto de diversificação como um forte aliado, como porta de acesso aos canais de mercado e implantação de novos produtos e tecnologias propondo sempre o desenvolvimento sustentável.

A atividade de controle interno e de assistência técnica é de responsabilidade do eng^o Agrônomo, que faz visitas as propriedades e agroindústrias e discute sobre possibilidade de uso de outras alternativas, sobre dificuldades na implantação de algum projeto, e verifica as conformidades para certificação de produto orgânico inevitáveis para uma certificação por amostragem, que é a adotada pela AGRECO.

3.2. SEBRAE

A parceria AGRECO/SEBRAE-SC aparece novamente quando o PNADAPT é lançado pelo governo. O responsável pela Associação de Desenvolvimento Sustentável da região apresenta ao SEBRAE-SC o projeto e ele aceita entrar como o proponente, para facilitar a viabilização da proposta. Além de aportar a sua expertise, o SEBRAE-SC assume a significativa contrapartida de 30%.

Para a realização dos trabalhos técnicos, as ações foram formatadas dentro do Programa SEBRAEtec de Consultoria Tecnológica (Anexo IX). O objetivo desse programa é ajudar os empreendedores a encontrar alternativas para solucionar seus problemas técnicos e/ou tecnológicos, sejam eles pontuais e específicos ou mais complexos. Neste quadro, foi realizado um conjunto de seminários técnicos de mobilização e motivação para famílias de fomicultores, com oficinas de formação nas diversas áreas de produção potenciais na região. como leite, carne, fruticultura, piscicultura, apicultura e reflorestamento. Além disso, foi posto em prática um intercambio com entidades com habilidade prática e perícia adquiridas nas áreas de interesse; efetivada capacitação de jovens para implantação de atividades produtivas sustentáveis; cumpridas visitas e orientações técnicas diretas nas unidades de produção de matéria prima ou de beneficiamento, assim como dias de campo; e efetuada a implantação de sistema de monitoramento da sustentabilidade das atividades produtivas (Anexo V, VI).

3.3. FUNDAGRO

Para a execução de um SEBRAEtec é necessária a interveniência de uma instituição de pesquisa e desenvolvimento (P&D) credenciada pelo próprio SEBRAE-

SC. A escolha recaiu na FUNDAGRO – fundação com forte ligação com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI.

A FUNDAGRO entra como atividade executora dos trabalhos de ATER e é responsável por repassar recursos à AGRECO.

Ressalte-se que a necessidade de cumprir diversas formalidades e procedimentos exigidos pelo Ministério do Desenvolvimento e pela Caixa Econômica Federal, associada a uma dificuldade pontual do SEBRAE-SC para cumprir uma delas, tiveram como consequência um atraso importante na liberação dos recursos e no início da execução das atividades.

3.4. CEDEJOR

O Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural – CEDEJOR – é uma associação civil, sem fins lucrativos, criada em 2001 e reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público cuja missão é contribuir para a formação de jovens empreendedores através de iniciativas educacionais e da consolidação de parcerias interinstitucionais que promovam o desenvolvimento sustentável de territórios rurais.

O CEDEJOR se destaca como um canal de comunicação de tecnologias alternativas que podem ser atrativas aos fumicultores. Profissionais e a juventude se encontram e discutem as problemáticas mais comuns e elaboram um projeto de vida. Outro resultado positivo é a permanência do jovem no campo, e com uma qualidade de vida e tantas informações que evitam a entrada destes no ciclo do fumo.

A atuação dele se dá seguindo as perspectiva de que para que os jovens caminhem à inovação é necessário um ambiente que estimule, de forma ampla, o conhecimento e ampare o jovem na materialização de suas idéias. Um dos maiores freios está na incapacidade das sociedades contemporâneas oferecerem perspectivas para que a inovação se concretize em projetos. Um contexto mais amplo do meio rural, de seus desafios e do papel dos jovens é bem sintetizado por Abramovay (2005):

“A revalorização dos espaços rurais é um dos fenômenos demográficos mais interessantes deste início de Século XXI e está ligada não tanto à importância setorial da agricultura, mas a dois traços universais da ruralidade: a presença marcante da biodiversidade e as relações de interconhecimento tão decisivas nas regiões interioranas do mundo todo. Os jovens são os protagonistas mais importantes desta redescoberta, cuja natureza ampla, diversificada e plural deve estar no centro da política pública.”

3.5. Laticínios

A existência de laticínios na região é imprescindível ao desenvolvimento da atividade leiteira. O início das atividades de um laticínio que beneficiará leite orgânico, servirá de estímulo a uma produção mais sustentável e à competitividade, sendo um nicho mercadológico ainda não aproveitado na região (Anexo VII).

O mercado de leite orgânico pode garantir a estabilidade dos preços e a venda dos produtos

Entretanto, apesar de constituir um nicho do mercado que cresce 30% ao ano no País, o chamado leite orgânico ainda é um produto raro. Ignorando algumas iniciativas, poder-se-ia afirmar, não existe leite orgânico no Brasil. Trata-se de uma situação oposta àquela dos Estados Unidos, onde o setor movimenta US\$ 3,5 bilhões anualmente. A falta de uma regulamentação específica do Ministério da Agricultura para o produto e o desinteresse das empresas receptoras em processá-lo podem explicar o baixo volume oferecido à população. Todos perdem com essa situação: o consumidor, que não encontra no mercado o produto saudável que procura e o produtor, que deixa de receber até três vezes mais pelo litro de leite (MITTIMAN, 2002).

Para a produção de leite orgânico é fundamental a aplicação de tecnologias mais sustentáveis. A produção de leite à base de pasto é importante, e seu manejo é que a torna viável.

3.6. Leite à base de pasto

A sustentabilidade na pecuária é atender as exigências dos animais em harmonia com seus hábitos, deficiências no sistema atual mostram como essa atividade no Brasil está abaixo do padrão. Em pequenas propriedades esse fator a torna não competitiva no mercado atual.

A base da produção é a sanidade e alimentação, que estão intimamente ligados, um animal só pode estar saudável se bem nutrido e só responde a alimentação se bem saudável. O pasto é um alimento altamente sustentável, porque transforma a energia solar em alimento, seqüestrando carbono, e tornando a balança negativa contra a emissão de carbono pela atividade. Assim com uma pastagem manejada adequadamente, temos uma produção eficiente, e com menos danos causados ao ambiente. O retorno econômico será no incremento dos índices de produção e diminuição dos custos.

A adoção do Pastoreio Voisin permite a melhoria da qualidade de vida influenciada pela diminuição na mão-de-obra; a diminuição da necessidade de mão-de-obra devido à diminuição da necessidade da alimentação no cocho; a diminuição da silagem e da ração pelo aumento do volume e qualidade nutricional das pastagens; o aumento da produção das pastagens proporciona maior produção de leite por área e menores gastos com alimentação, diminuindo o custo de produção de leite; o aumento na renda do leite favorece a melhoria da qualidade de vida (RIZOLLI, 2004).

Para fazer o projeto, o primeiro passo foi conhecer o histórico da propriedade, e analisar a composição da flora, sabendo que é mais econômico restaurar uma área do que semear novas espécies. Após os levantamentos e sugestões de melhorias, deve se trabalhar em cima do manejo das pastagens, que será de acordo com os princípios propostos por Voisin (Anexo III)

A implantação das unidades leiteiras foi instruída a ser realizada em etapas, começando após as avaliações e o levantamento planimétrico. Do levantamento foi feita a divisão das pastagens de acordo com as condições do relevo, e do clima. O planejamento hidráulico foi planejado de acordo com a disponibilidade de água e a necessidade ou não de bombeamento, partindo do projeto de piquetes e hidráulica, o técnico poderá elaborar a planilha de custos e a planilha de evolução do rebanho(Anexo III).

O manejo inicial das pastagens é uma importante atividade educativa e essencial de como irá proceder o desenvolvimento do projeto. Este não precisa ser implantado todo de uma vez, como na maioria dos sistemas intensivos, a partir do momento em que houver uma oportunidade faz-se alguns piquetes junto com a parte hidráulica. É de extrema importância a disponibilidade de água limpa e fresca para o gado já que esta faz parte de todas suas atividades metabólicas, e outra questão fundamental para os ciclos animal-solo-plantas, é a eliminação de produtos agressivos usados na prevenção de patologias, também a correção do solo dita o ritmo do desenvolvimento do projeto. Após a implantação do piquete, neste o primeiro corte deve se efetuar um pouco após o ponto de corte para que as raízes estejam com boas reservas, após esse corte o piquete será pastoreado somente quando estiver no seu ponto ótimo, não podendo passar deste. Sobre-semeaduras podem ser feitas para aumentar a quantidade de matéria seca no inverno ou para restituir áreas que foram danificadas.

4. Experiências e Destaques e a Visão pessoal sobre o estágio.

Com a experiência adquirida se pôde entender que a importância do programa – que ainda está em uma fase de “decolagem” – é maior quando se analisa a diversificação em si, mas também os benefícios trazidos pela sua implantação: conhecimentos, qualidade de vida e uma participação social muito mais efetiva. Num quadro mais amplo – não apenas agrícola – ele também traz conseqüências muito positivas. Isso porque ele cria – ou fortalece – um ambiente institucional que dá condições para o desenvolvimento do território. Com isso, as pessoas passam a pensar no seu envolvimento com ele, ou seja, a ter “senso de pertencimento”. Pudemos constatar, ao longo do estágio, novas posturas em relação à visão de mundo e às estratégias para a região, uma (re)valorização dos recursos das unidades familiares, com destaque para o naturais e o saber-fazer. Consideramos que essas diferenças podem servir para a reflexão em outras experiências a serem desenvolvidas.

Algumas dificuldades aparecem, é claro. Destacam-se os atrasos no início dos programas e as descontinuidades que eles trazem; o afunilamento nos canais de distribuição; a distância dos decisores e dos “fazedores” das políticas públicas da realidade da região, que é bastante específica. Se não fosse a existência de mediadores com uma boa experiência profissional, a complexidade e as formalidades deste tipo de programa dificultariam por completo o acesso das organizações da sociedade civil ao programa. Os horizontes de tempo dos projetos também dificultam muito, porque em geral a adaptação de uma tecnologia exige que ela seja testada diversas vezes, o que pode levar anos. Tendo isso em conta, consideramos que os instrumentos de políticas públicas deveriam contemplar, mediante avaliação, a continuação de implantação.

Outro ponto a destacar é que o Programa não tem como objetivo erradicar as lavouras de tabaco e sim prevenir que a decadência do sistema leve, junto, os agricultores. Esse ponto não foi suficientemente destacado nas discussões, o que poderia ajudar muito nos trabalhos, por permitir acesso do conhecimento aos que ainda têm interesse em continuar produzindo o fumo, seja em menores escalas, seja substituindo o cultivo convencional pelo orgânico e de alta qualidade, seja vinculando-o a outras atividades para fugir da zona de risco. Esta visão de que se deve erradicar, pode levar a inviabilização do sistema e a perda da confiança do produtor, quando não gera “ciúmes” dentro da comunidade, com a percepção de que um está sendo beneficiado e outro não.

Por fim, julgamos que a região apresenta um enorme potencial para a diversificação. Além do interesse dos agricultores em participar e renovar, ela conta com uma parte ativa e criativa fundamental que são os jovens, que cada vez mais são a chave para modificações e informações de tecnologias.

5. Considerações finais

O fumo é apresentado como um milagre econômico, mas na verdade ele é um grande inimigo do desenvolvimento. O foco na geração de renda torna-se totalmente contraditório, quando se analisa o IDH dos municípios produtores e a forma como se dá a distribuição final dos valores gerados. Como agravante, a especialização do produtor torna-o praticamente incapaz de buscar outras atividades agrícolas ou não-agrícolas. Na cadeia produtiva do fumo, os agricultores acabam sendo responsabilizados por tudo, com exceção da manufatura e venda de cigarros, que é justamente aquela em que há o menor trabalho e os maiores lucros. O resultado é que a fumicultura contribui para o êxodo rural, principalmente dos jovens, que desistem da vida no campo seja pela experiência de sofrimento da família, seja porque eles próprios trabalham desde muito novos com a tarefa árdua e insalubre.

A estratégia de diversificação das atividades ocupacionais, assim como das rendas, pode representar uma proteção às famílias em situações de risco tão frequentes no meio rural. À medida que as famílias conseguem ter um leque mais diversificado de opções de trabalho, tornando-se até mesmo pluriativas, suas rendas tendem a se elevar e a ser mais estáveis.. Principalmente, se este fenômeno não for apenas isolado – de uma ou outra família – mas, local e regional. Isso vai gerar uma nova dinâmica econômica, a diversidade dos modos de vida, a agregação de valor e a constituição de cadeias agroindustriais de alimentos de alta qualidade.

Nas Encostas da Serra Geral há uma expressiva produção de fumo e são visíveis os danos causados por ela: queimadas, derrubadas de florestas para produção de carvão e reflorestamento, aplicação de agrotóxicos sem equipamento de proteção e na proximidade de crianças são alguns exemplos. A busca pelo desenvolvimento da região, liderada por organizações da sociedade civil e por instituições do terceiro setor, contextualizada anteriormente, tem permitido uma promoção local muito importante, criando uma dinâmica diferenciada das outras regiões.

Acreditamos que o estágio foi uma oportunidade para compreendermos, a campo e em contato diretos com os agricultores e suas organizações, estes vários aspectos que ultrapassam em muito, ou transbordam, os aspectos puramente técnicos, tão enfatizados ao longo de nossa formação no Curso de Agronomia.

A atividade técnica foi, contudo, também contemplada no estágio. Com ela, pude aperfeiçoar meus conhecimentos sobre a implantação de projetos de Voisin, principalmente no que se refere aos aspectos de discussão com quem vai de fato introduzir e se apropriar (ou não) destas técnicas. Isso gera uma aprendizagem bastante diferente daquela que ocorre em uma sala de aula.

Esse conjunto de experiências – dentro do funcionamento real e cotidiano de uma associação, a formação de novas redes de contato, e a possibilidade de mobilizar recursos aprendidos durante o Curso de Agronomia foram de muita valia e indicaram os meus potenciais e limites para trabalhar e contribuir, para além da produção agropecuária, para processos de desenvolvimento rural. Podemos afirmar, desta forma, que com o estágio consegui entender mais claramente que fazer isso é um grande, longo e contínuo desafio.

5. Referencias Bibliografias

1. AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil. Dados da Fumicultura na Região Sul e Câmara Setorial do Fumo. Disponível em www.afubra.com.br.
2. BONATO, A A Fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, 2007. DESER Curitiba
3. CARVALHO, B. C. Relação Socioeconômica dos Fumicultores fumageiras da Região de Sombrio, SC e uma Proposta de Transição Agroecológica. Dissertação de mestrado, UFSC, 2006.
4. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM) 2007. Disponível em www.ibge.gov.br.
5. Fundação SOS Mata Atlântica ATLAS da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no domínio da Mata Atlântica no período 1990-1995. São Paulo : Fundação SOS Mata Atlântica, 1998.
6. ILO (International Labor Organization) 2003. Projections of tobacco production, consumption and trade to the year 2010. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome.
7. INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCA. Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco – Documento Síntese. Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ). Disponível em www.inca.gov.br/tabagismo acessado em setembro de 2008.
8. INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCA. O Tabagismo como Problema de Saúde Pública. Disponível em www.inca.gov.br/tabagismo acessado em setembro de 2008.
9. INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCA. A Ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades. Disponível em www.inca.gov.br/tabagismo acessado em setembro de 2008.
10. MDA/SAF. O Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil. Brasília/DF, junho 2007.
11. MDA/SAF/DATER. Política Nacional de Assistência Técnica e extensão Rural (Pnater), Brasília/DF, julho de 2003.

12. MITTMANN, L. M. **Procura-se leite orgânico**, Revista Agrinova, n. 2, v. 14, p.36-39. 2002.
13. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF. O que é o PRONA. Disponível em <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1651916442.pdf> acessado em setembro de 2008.
14. RIZZOLI, Alan Luiz. Grupo de Pastoreio Voisin: resultados de parcerias entre EPAGRI, acadêmicos e professores da UFSC e Unisul, prefeituras municipais, sindicatos e ONG's. 2004. TCC (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
15. SCHMIDT, W., CERDAN, C. SCHMIDT, W. Da política publica a ação publica: o caso da construção do território das encostas da serra geral em SC - Agricultura Familiar: Interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais Ed. UFRGS
15. SOUZA CRUZ disponível em www.souzacruz.com.br acessado em outubro de 2008.
16. Vargas, M. A., 2004. From Seed to Smoke: The relationship between global governance and local development strategies in the Tobacco Value Chain. Report prepared for the project “Transition from Tobacco to Sustainable Livelihoods”. Rockefeller Foundation, New York, mimeo.
17. Vargas, M. A., 2001. Forms of governance, learning mechanisms and upgrading strategies in the tobacco cluster in Rio Pardo Valley- Brasil. Falmer: IDS Publication Office, Institute of Development Studies, (Working Paper 125).
18. VOISIN, A. Produtividade do pasto. São Paulo: Editora Mestre Jou. 1974.
19. WHO The Tobacco Atlas, 2002:, World Health Organization, 2002. Disponível em <http://www.who.int/fctc/en/index.html> acessado em agosto de 2008.
20. WHO Report on the Global Tobacco Epidemic, 2008:The MPOWER package. Geneva, World Health Organization, 2008. Disponível em <http://www.who.int/fctc/en/index.html> acessado em agosto de 2008.
21. WHO Tabagismo & Saúde nos Países em Desenvolvimento, 2003- Tradução: Instituto Nacional de Câncer/ Ministério da Saúde do Brasil.

ANEXO I

Convenção Quadro para Controle do Tabaco

Decreto nº 5.658, de 02 de Janeiro de 2006

Promulga a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e Considerando que o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, por meio do Decreto Legislativo nº 1.012, de 27 de outubro de 2005;

Considerando que o Governo brasileiro ratificou a citada Convenção em 3 de novembro de 2005;

Considerando que a Convenção entrou em vigor internacional em 27 de fevereiro de 2005, e entra em vigor para o Brasil em 1º de fevereiro de 2006;

Decreta :

Art. 1º A Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003, e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de janeiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Celso Luiz Nunes Amorim

CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO

Preâmbulo

As Partes desta convenção,

Determinadas a dar prioridade ao seu direito de proteção à saúde pública;

Reconhecendo que a propagação da epidemia do tabagismo é um problema global com sérias conseqüências para a saúde pública, que demanda a mais ampla cooperação internacional possível e a participação de todos os países em uma resposta internacional eficaz, apropriada e integral;

Tendo em conta a preocupação da comunidade internacional com as devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, econômicas e ambientais geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, em todo o mundo;

Serriamente preocupadas com o aumento do consumo e da produção mundial de cigarros e outros produtos de tabaco, particularmente nos países em desenvolvimento, assim como o ônus que se impõe às famílias, aos pobres e aos sistemas nacionais de saúde;

Reconhecendo que a ciência demonstrou de maneira inequívoca que o consumo e a exposição à fumaça do tabaco são causas de mortalidade, morbidade e incapacidade e que as doenças relacionadas ao tabaco não se revelam imediatamente após o início da exposição à fumaça do tabaco e ao consumo de qualquer produto derivado do tabaco; Reconhecendo ademais que os cigarros e outros produtos contendo tabaco são elaborados de maneira sofisticada de modo a criar e a manter a dependência, que muitos de seus compostos e a fumaça que produzem são

farmacologicamente ativos, tóxicos, mutagênicos, e cancerígenos, e que a dependência ao tabaco é classificada separadamente como uma enfermidade pelas principais classificações internacionais de doenças;

Admitindo também que há evidências científicas claras de que a exposição pré-natal à fumaça do tabaco causa condições adversas à saúde e ao desenvolvimento das crianças;

Profundamente preocupadas com o elevado aumento do número de fumantes e outras formas de consumo de tabaco entre crianças e adolescentes em todo o mundo, particularmente com o fato de que se começa a fumar em idades cada vez menores;

Alarmadas pelo aumento do número de fumantes e de outras formas de consumo de tabaco por mulheres e meninas em todo o mundo e tendo presente a importância da participação plena das mulheres em todos os níveis de elaboração e implementação de políticas, bem como da necessidade de estratégias de controle específicas para cada gênero;

Profundamente preocupadas com o elevado número de fumantes e de outras formas de consumo do tabaco por membros de povos indígenas;

Seramente preocupadas com o impacto de todos os tipos de publicidade, promoção e patrocínio destinados a estimular o uso de produtos de tabaco;

Reconhecendo que uma ação cooperativa é necessária para eliminar todas as formas de tráfico ilícito de cigarros e de outros produtos de tabaco, incluídos contrabando, fabricação ilícita e falsificação;

Reconhecendo que o controle do tabaco em todos os níveis, e particularmente nos países em desenvolvimento e nos de economia em transição, requer recursos financeiros e técnicos suficientes e adequados às necessidades atuais e estimadas para as atividades de controle do tabaco;

Reconhecendo a necessidade de estabelecer mecanismos apropriados para enfrentar as conseqüências sociais e econômicas que, a longo prazo, surgirão com o êxito das estratégias de redução da demanda de tabaco;

Conscientes das dificuldades sociais e econômicas que podem gerar a médio e longo prazo os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou com economias em transição, e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas no nível nacional;

Conscientes do valioso trabalho sobre controle do tabaco conduzido por vários Estados, destacando a liderança da Organização Mundial de Saúde, bem como os esforços de outros organismos e entidades do sistema das Nações Unidas e de outras organizações intergovernamentais internacionais e regionais no estabelecimento de medidas de controle do tabaco;

Enfatizando a contribuição especial de organizações não-governamentais e de outros membros da sociedade civil não vinculados à indústria do tabaco – incluindo as associações de profissionais da saúde, de mulheres, de jovens, de ambientalistas e de grupo de consumidores e instituições docentes e de atenção à saúde – às atividades de controle do tabaco no âmbito nacional e internacional, bem como a importância decisiva de sua participação nas atividades nacionais e internacionais de controle do tabaco;

Reconhecendo a necessidade de manter a vigilância ante qualquer tentativa da indústria do tabaco de minar ou desvirtuar as atividades de controle do tabaco, bem como a necessidade de manterem-se informadas sobre as atuações da indústria do tabaco que afetem negativamente às atividades de controle do tabaco;

Recordando o Artigo 12 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, pelo qual se declara que toda pessoa tem direito de gozar o mais elevado nível de saúde física e mental;

Recordando ainda o preâmbulo da Constituição da Organização Mundial de Saúde, que afirma que o gozo do mais elevado nível de saúde que se possa alcançar é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, ideologia política, condição econômica ou social;

Determinadas a promover medidas de controle do tabaco fundamentadas em considerações científicas, técnicas e econômicas atuais e pertinentes; Recordando que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 18 de dezembro de 1979, dispõe que os Estados Participantes daquela convenção devem tomar as medidas cabíveis para eliminar a discriminação contra as mulheres na área da atenção médica,

Recordando ademais que a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, dispõe que os Estados Participantes daquela convenção reconhecem o direito da criança de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde,

Acordaram o seguinte:

PARTE I: INTRODUÇÃO

Artigo 1

Uso de termos

Para os fins da presente Convenção:

- (a) "comércio ilícito" é qualquer prática ou conduta proibida por lei, relacionada à produção, envio, recepção, posse, distribuição, venda ou compra, incluída toda prática ou conduta destinada a facilitar essa atividade;
- (b) "organização regional de integração econômica" é uma organização integrada por Estados soberanos, que transferiram àquela organização regional competência sobre uma diversidade de assuntos, inclusive a faculdade de adotar decisões de natureza mandatória para seus membros em relação àqueles assuntos;
- (c) "publicidade e promoção do tabaco" é qualquer forma de comunicação, recomendação ou ação comercial com o objetivo, efeito ou provável efeito de promover, direta ou indiretamente, um produto do tabaco ou o seu consumo;
- (d) "controle do tabaco" é um conjunto de estratégias direcionadas à redução da oferta, da demanda e dos danos causados pelo tabaco, com o objetivo de melhorar a saúde da população, eliminando ou reduzindo o consumo e a exposição à fumaça de produtos de tabaco;
- (e) "indústria do tabaco" é o conjunto de fabricantes, distribuidores atacadistas e importadores de produtos de tabaco;
- (f) "produtos de tabaco" são todos aqueles total ou parcialmente preparados com a folha de tabaco como matéria prima, destinados a serem fumados, sugados, mascarados ou aspirados;
- (g) "patrocínio do tabaco" é qualquer forma de contribuição a qualquer evento, atividade ou indivíduo com o objetivo, efeito ou possível efeito de promover, direta ou indiretamente, um produto do tabaco ou o seu consumo;

Artigo 4

Princípios norteadores

Para atingir o objetivo da presente Convenção e de seus protocolos e para implementar suas disposições, as Partes serão norteadas, inter alia, pelos seguintes princípios:

1. Toda pessoa deve ser informada sobre as conseqüências sanitárias, a natureza aditiva e a ameaça mortal imposta pelo consumo e a exposição à fumaça do tabaco e medidas legislativas, executivas, administrativas e outras medidas efetivas serão implementadas no nível governamental adequado para proteger toda pessoa da exposição à fumaça do tabaco.
2. Faz-se necessário um compromisso político firme para estabelecer e apoiar, no âmbito nacional, regional e internacional, medidas multissetoriais integrais e respostas coordenadas, levando em consideração:
 - (a) a necessidade de tomar medidas para proteger toda pessoa da exposição à fumaça do tabaco;
 - (b) a necessidade de tomar medidas para prevenir a iniciação, promover e apoiar a cessação e alcançar a redução do consumo de tabaco em qualquer de suas formas;

(c) a necessidade de adotar medidas para promover a participação de pessoas e comunidades indígenas na elaboração, implementação e avaliação de programas de controle do tabaco que sejam social e culturalmente apropriados as suas necessidades e perspectivas; e

(d) a necessidade de tomar medidas, na elaboração das estratégias de controle do tabaco, que tenham em conta aspectos específicos de gênero.

3. Uma parte importante da Convenção é a cooperação internacional, especialmente no que tange à transferência de tecnologia, conhecimento e assistência financeira, bem como à prestação de assessoria especializada com o objetivo de estabelecer e aplicar programas eficazes de controle do tabaco, tomando em conta os fatores culturais, sociais, econômicos, políticos e jurídicos locais.

4. Devem ser adotadas, no âmbito nacional, regional e internacional, medidas e respostas multisetoriais integrais para reduzir o consumo de todos os produtos de tabaco, com vistas a prevenir, de conformidade com os princípios de saúde pública, a incidência das doenças, da incapacidade prematura e da mortalidade associadas ao consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

5. As questões relacionadas à responsabilidade, conforme determinado por cada Parte dentro de sua jurisdição, são um aspecto importante para um amplo controle do tabaco.

6. Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição.

7. A participação da sociedade civil é essencial para atingir o objetivo da Convenção e de seus protocolos.

Artigo 17

Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis

As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte.

PARTE V: PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Artigo 18

Proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas

Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente.

Anexo II

Turismo na região



Pousada Doce Encanto, recepção de agricultores para conhecer a região.



Cipó São João.



Paisagem na estrada, área manejada sob pastoreio, um dos primeiros projetos da cidade.



Rafting, como guia um filho de agricultor e formado no CEDEJOR.



Pousada associada a Acolhida na Colônia.

Anexo III

Participação na concepção do projeto de Vosin



Área a ser Implantado o Projeto de Vosin de um dos Alunos do CEDEJOR.



Diagnóstico e levantamento do histórico.



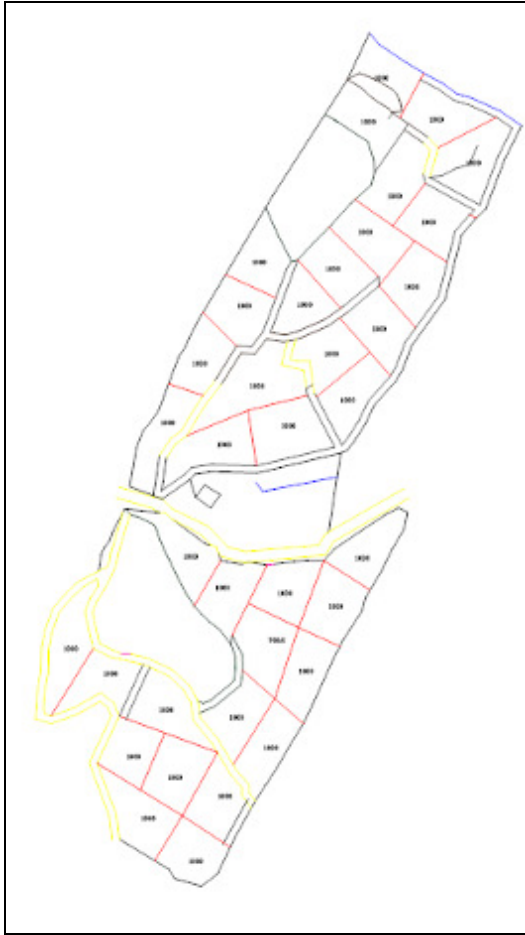
Levantamento com GPS em outra propriedade.



Discussão sobre áreas de referência para o projeto.



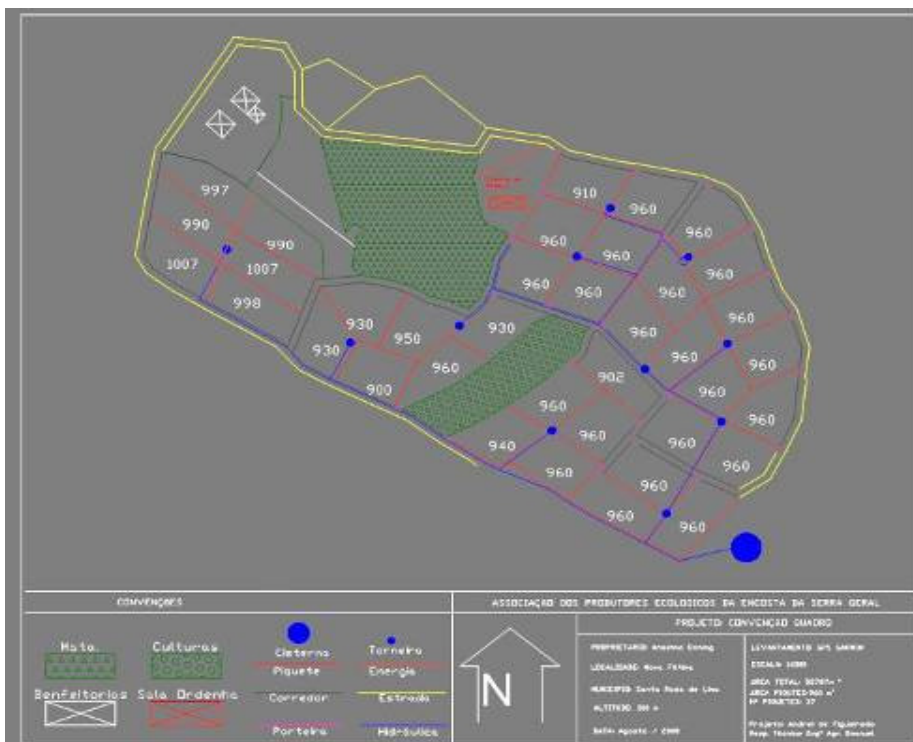
Parte social do trabalho, encontro no termino do levantamento.



Projeto de piquetes em uma propriedade.



Disposição do Projeto no terreno.



Projeto de piquetes e hidráulico .

Anexo IV

Produção de Cana de açúcar e seus derivados



Tacho de fervura do caldo.



Fabricação de melado.



Fabricação de açúcar mascavo.



Lavoura orgânica de Cana.



Acompanhamento técnico e de controle interno.

Anexo V

Atividades alternativas em propriedades de associados



Campo com alta diversificação de culturas.



Produção de frango orgânico.



Tanque de piscicultura orgânica, e visita de produtores de outras regiões.



Abatedouro de Peixes.



Produção de morangos, no caso em uma pousada, sendo um atrativo ao turista.



Fábrica de ração de um dos associados, fonte de renda não agrícola e abastecimento mais barato para a região.

Anexo VI

Atividades educativas



Visita para orientações sobre o cultivo de uva orgânica.



Curso sobre viticultura.



Curso de fruticultura: açaí e maracujá.



Aula de melhoria de técnicas apícolas com o SEBRAE.



Explicação sobre extração da polpa do palmito.



Visita a um campo de produção de palmito.

ANEXO VII

Laticínio em implantação que irá beneficiar leite orgânico



Laticínio em processo de ativação fazendo inspeção para certificação.



Vista interna laticínio .



Tanque de recepção do leite.

ANEXO VIII

Leis Universais do Pastoreio Racional

Primeira lei - Lei do repouso

“Para que o pasto cortado pelo dente do animal possa dar sua máxima produtividade, é necessário que entre dois cortes consecutivos haja passado um tempo que permita ao pasto”: Armazenar em suas raízes as reservas necessárias para um começo de rebrote vigoroso. Realizar sua "labareda de crescimento" ou grande produção diária de massa verde” (VOISIN, 1974).

Segunda lei - Lei da Ocupação.

"O tempo global de ocupação de um piquete deve ser suficientemente curto de modo a que um pasto cortado no primeiro dia de ocupação não seja cortado de novo antes que os animais deixem a parcela" (VOISIN, 1974).

Terceira lei - Lei do Rendimento Máximo ou lei da Ajuda.

"É preciso ajudar os animais de exigências nutricionais mais elevadas, para que estes possam colher a maior quantidade de pasto, e que seja da melhor qualidade possível" (VOISIN, 1974).

Quarta lei - Lei dos Rendimentos Regulares.

"Para que um bovino possa dar rendimentos regulares, é necessário que não permaneça mais do que três dias em uma mesma parcela. Os rendimentos serão máximos se o bovino não permanecer mais de um dia na mesma parcela" (VOISIN, 1974).

ANEXO IX



PROGRAMA SEBRAE/SC DE CONSULTORIA TECNOLÓGICA

PROPOSTA DE PROJETO

NOME DO PROJETO: Promoção da diversificação de culturas e atividades e erradicação dos agrotóxicos em propriedades de fumicultores nas Encostas da Serra Geral		SGS
ENTIDADE EXECUTORA: FUNDAGRO		
Data prevista de realização do projeto:	Início: setembro 2007	Término: Dezembro 2007
Tipo de Projeto: () Diagnóstico () Suporte Empresarial (X) Aperfeiçoamento tecnológico () Inovação Tecnológica		
Área temática do projeto: Agronegócios		

RELAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES (Razão Social)

Relação omitida para preservação da identidade dos participantes

INTRODUÇÃO / JUSTIFICATIVA / NECESSIDADES DAS EMPRESAS

Nas Encostas da Serra Geral, a fumicultura foi a principal alternativa escolhida pelos micro e pequenos empresários agrícolas que resolveram permanecer na atividade e na região, nos anos 1970 e 1980. Inicialmente, a cultura do fumo oferecia uma complementação de renda, já que os micro e pequenos empresários mantinham diversificação em suas unidades produtivas. Gradativamente, contudo, houve uma forte ampliação do envolvimento com essa cultura, combinada com o abandono de outras atividades voltadas ao mercado ou ao autoconsumo. A consequência foi a instalação de uma monocultura que, em função das exigências de mão-de-obra, utiliza áreas pequenas. Hoje, na região, são mais de três mil fumicultores, cultivando uma área de aproximadamente oito mil hectares.

As oscilações e/ou as quedas sucessivas dos preços do fumo, combinadas com o aumento dos custos de produção, acabaram tendendo a inviabilizar financeiramente este modelo. Isto somado aos problemas de degradação ambiental e de saúde humana, que resultam da utilização de agrotóxicos e outros insumos de síntese química. O endividamento e os problemas ambientais e de saúde, neste tipo de estrutura, levam, por sua vez, ao abandono da atividade agrícola e à migração para o meio urbano.

Daí o desafio de trabalhar o aperfeiçoamento tecnológico com agricultores em dificuldades. A principal ênfase será dada à diversificação e à substituição de atividades, somadas à conversão de métodos convencionais para métodos de produção orgânica.

O Sebrae-SC já promoveu ações nessa direção, na Região das Encostas da Serra Geral, através do Projeto Vida Rural Sustentável. Aquele esforço serve de base e se soma, no momento, à mobilização do Governo brasileiro na direção do fortalecimento da agricultura familiar e da aplicação da Convenção-Quadro. O que se quer é, através de um processo de capacitação, assistência técnica e pesquisa participativa, atuar na substituição da cultura do fumo, na diversificação de culturas agrícolas e de atividades

rurais e na erradicação da utilização de agrotóxicos nas unidades produtivas de micro e pequenos empresários agrícolas das Encostas da Serra Geral.

OBJETIVO DO PROJETO

Objetivo Geral

Promover e fomentar a diversificação de culturas e atividades e a erradicação dos agrotóxicos em micro e pequenas empresas fumicultoras, nas Encostas da Serra Geral, favorecendo a inserção competitiva no mercado, a agregação de valor à produção agrícola e a valorização da multifuncionalidade da agricultura familiar no meio rural.

Objetivos Específicos

- * Implantar um programa de formação de micro e pequenos empresários rurais, técnicos e lideranças, em municípios das Encostas da Serra Geral, visando à criação de condições para o desenvolvimento sustentável;
- * Capacitar micro e pequenos empresários rurais, prioritariamente os jovens e as mulheres das empresas familiares, nas produções de leite, carne, grãos, frutas, olerícolas, peixes, mel, e em reflorestamento;
- * Desenvolver com jovens rurais habilidades para a implantação de projetos sustentáveis nas empresas familiares em que estão inseridos;
- * Proporcionar, a partir de assistência técnica e de apoio por parte de agricultores que acumularam experiência de produção e comercialização durante a realização do Projeto Vida Rural Sustentável, a diversificação de atividades, a melhoria da produção primária vegetal e animal, assim como a integração das atividades nas empresas familiares;
- * Realizar e validar pesquisas participativas nas áreas de produção de leite e carne à base de pasto, produção de frango caipira, conservação de solo e produção orgânica de olerícolas;
- * Gerar indicadores de sustentabilidade nas empresas familiares fumicultoras da Região.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Realização de seminários intermunicipais com fumicultores

Serão seminários de mobilização e motivação para famílias de fumicultores. Cada seminário intermunicipal contará com a participação de 60 micro e pequenos empresários rurais e terá oito horas de duração. Os temas trabalhados terão relação direta com os objetivos do projeto e com suas estratégias de ação.

Realização de oficinas de capacitação para fumicultores

As oficinas serão nas áreas de bovinocultura de leite e de corte, produção de grãos, fruticultura, olericultura, piscicultura, apicultura e reflorestamento. Elas se pautarão pelo princípio do “aprender a fazer fazendo” e utilizarão ferramentas diversas. Buscar-se-á a troca de experiências entre os seus participantes, através de sucessivos trabalhos de grupo e de discussões conjuntas. Neste processo, pautado pelo respeito mútuo, todos poderão contribuir com seus conhecimentos, experiências e emoções, o que permitirá uma reflexão aprofundada e, por consequência, uma boa apropriação das propostas de aperfeiçoamento tecnológico.

As oficinas serão constituídas por, em média, 20 participantes e terão 40 horas de duração.

Realização de visitas de intercâmbio

Para motivar e permitir o aprendizado e a reflexão sobre as suas próprias iniciativas, os micro e pequenos empresários visitarão experiências que representam boas práticas de diversificação de cultivos e atividades, de conversão a métodos orgânicos de produção, beneficiamento e transformação, a outras estratégias de agregação de valor e de diferenciação de produtos.

Implantação de atividades produtivas sustentáveis

Será apoiada a implantação efetiva de iniciativas sustentáveis em micro e pequenas empresas que contem com jovens rurais que participam de processo de formação integral. Estas implantações, que partem do interesse dos próprios jovens, mas já estão inseridas em uma rede, deverão ser feitas de forma a combinar a educação profissionalizante com a orientação para o desenvolvimento sustentável.

Realização de orientações técnicas na produção primária animal e vegetal

As orientações técnicas se darão através de visitas individuais e de “dias de campo”. Os dias de campo podem ser considerados uma “mini-oficina”, realizada em uma micro ou pequena empresa rural e envolvendo cerca de 20 participantes. As orientações técnicas serão realizadas por profissionais que trabalham com uma visão sistêmica das micro e pequenas empresas rurais e, principalmente, capazes de participar de um processo de construção coletiva que favoreça a apropriação dos conhecimentos pelos participantes. Neste trabalho, eles serão apoiados por “agricultores-técnicos”; chamados dessa forma porque acumularam importante experiência de produção, organização, comercialização e desenvolvimento no Projeto Vida Rural Sustentável (Sebrae-SC).

Realização de pesquisa para validação de tecnologias sustentáveis

Serão implantadas em cinco micro e pequenas empresas rurais, tendo os empresários participação efetiva na condução dos trabalhos. As técnicas testadas terão relação direta com as áreas de interesse do projeto (bovinocultura de leite e de corte, produção de grãos, fruticultura, olericultura, piscicultura, apicultura e reflorestamento).

Realização de monitoramento de sustentabilidade

Será implantado um sistema de monitoramento da sustentabilidade em três micro ou pequenas empresas em três microbacias diferentes. Mais uma vez, a participação dos próprios interessados é considerada fundamental.

CRONOGRAMA

Atividades	Horas	meses			
		1ª	2ª	3ª	4ª
Seminários intermunicipais com fumicultores					
Oficinas de capacitação para fumicultores					
Visitas de intercâmbio					
Implantação de atividades produtivas sustentáveis					
Orientações técnicas na produção primária animal e vegetal					
Pesquisa para validação de tecnologias sustentáveis					
Monitoramento de sustentabilidade					
Total de horas		2900			

RESULTADOS QUE PODEM SER OBTIDOS COM AS SOLUÇÕES PROPOSTAS

<input type="checkbox"/> Adequação do produto às exigências do mercado	<input type="checkbox"/> Facilidade de uso ou melhoria de performance
<input type="checkbox"/> Atendimento da legislação específica	<input type="checkbox"/> Lançamento de novo produto
<input checked="" type="checkbox"/> Atendimento de exigências de caráter ambiental	<input type="checkbox"/> Melhoria da posição no mercado
<input type="checkbox"/> Atendimento de normas internacionais	<input checked="" type="checkbox"/> Melhoria da qualidade do processo
<input type="checkbox"/> Aumento da produção	<input checked="" type="checkbox"/> Melhoria da qualidade do produto ou serviço
<input type="checkbox"/> Aumento da produtividade	<input checked="" type="checkbox"/> Melhoria da qualificação de mão-de-obra
<input type="checkbox"/> Aumento das exportações	<input type="checkbox"/> Melhoria na segurança e saúde no trabalho
<input type="checkbox"/> Aumento das vendas	<input checked="" type="checkbox"/> Melhorias das condições de trabalho
<input checked="" type="checkbox"/> Aumento do faturamento	<input type="checkbox"/> Redução de custos operacionais (produtos/serviços)
<input type="checkbox"/> Desenvolvimento de processo inovador	<input type="checkbox"/> Redução de tempo de produção
<input checked="" type="checkbox"/> Diferenciação do produto ou serviço	<input checked="" type="checkbox"/> Redução dos impactos ambientais
<input type="checkbox"/> Diminuição de desperdícios	<input type="checkbox"/> Substituição de equipamento importado
<input type="checkbox"/> Economia de energia	<input type="checkbox"/> Outro – descrever:

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CONSULTOR

O presente projeto representa mais do que a continuidade do “Vida Rural Sustentável”, a sua replicação na própria região em que foi implantado e a consolidação da perspectiva que foi explicitada no nome dele: a sustentabilidade econômica e social de micro e pequenas empresas em um espaço rural ambientalmente sustentável. Esta perspectiva foi reforçada recentemente por políticas públicas federais, através do fortalecimento da agricultura familiar e da mobilização de recursos para apoiar alternativas economicamente viáveis à produção de fumo, bastante significativa para a economia da região. A participação direta do Ministério do Desenvolvimento Agrário no financiamento das ações deste projeto demonstra esse reforço. A proposição de um processo baseado em métodos que facilitem a apropriação de conhecimentos pelos micro e pequenos empresários agrícolas ligados à fumicultura representa um passo importante na diversificação de culturas agrícolas e de atividades rurais. Esse trabalho implicará numa maior qualificação desses empresários e em práticas mais respeitadas da saúde deles, da preservação do ambiente em que vivem e, o que é muito importante, na geração de renda maior e mais duradoura. Destaque-se que o trabalho tem uma ênfase importante em jovens e em mulheres, segmentos que podem contribuir para a renovação das perspectivas da micro e pequenas empresas familiares rurais, que predominam na região em que o projeto vai ser realizado.

ASSINATURAS

Coordenador do Programa de Consultoria Tecnológica na Entidade Executora:

Nome:

Assinatura:

Data:

Preenchimento pelo SEBRAE/SC

Origem da demanda do projeto:

Parecer do SEBRAE/SC: () Aprovado () Não aprovado. Motivo:

Gestor/Articulador do Projeto no SEBRAE/SC:

Nome:

Assinatura:

Gestor do Programa de Consultoria Tecnológica no SEBRAE/SC

Nome:

Assinatura:

Empresa(s) Cliente(s)

Dispensável, caso haja outra forma de contrato entre a(s) empresa(s) cliente(s) e o SEBRAE/SC.

Razão Social / Nome Responsável:

Assinatura:

Razão Social / Nome Responsável:

Assinatura:

APLICAÇÃO FINANCEIRA

MEMÓRIA DE CÁLCULO (Anitápolis)

A) HONORÁRIOS CONSULTORIA/TREINAMENTO

NOME	FUNÇÕES NO PROJETO	Nº DE HORAS ALOCADAS AO PROJETO			CUSTO HORA R\$	CUSTO TOTAL R\$
		EMPRESA	ENTIDADE EXECUTORA	TOTAL		
Adilson Lunardi	Coordenador	80	200	280	60,00	16.800,00
Emanoel V. Ramos	Consultor	40	200	240	60,00	14.400,00
Marcel Schmidt	Consultor	40	200	240	60,00	14.400,00
Wilson Schmidt	Consultor	40	200	240	60,00	14.400,00
SUBTOTAL		200	800	1000		60.000,00

B) INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

INSTALAÇÃO/EQUIPAMENTO A SER UTILIZADO	Nº TOTAL DE HORAS	CUSTO HORA R\$	CUSTO TOTAL R\$
SUBTOTAL			

C) SERVIÇOS DE TERCEIROS

DISCRIMINAÇÃO	DETALHAMENTO DE DESPESAS	CUSTO TOTAL R\$
Despesas de viagens/hospedagem	Deslocamento até as propriedades, hospedagens e alimentação	15.000,00
Aquisição de material de consumo/componentes	Papel sulfite, papel kraft, tinta, análises	5.000,00
Outros Serviços de Terceiros (discriminar)		
SUBTOTAL		20.000,00

USOS E FONTES DE RECURSOS (Em R\$)

USOS	FONTES			TOTAL
	SEBRAE/SC	Contrapartida CLIENTE (*)	Contrapartida OUTROS ¹	
A - HONORÁRIO CONSULTORIA/TREINAMENTO	R\$ 20.000,00	R\$ 40.000,00		R\$ 60.000,00
B - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	R\$ 5.172,41	R\$ 14.827,59		R\$ 20.000,00
C - SERVIÇOS DE TERCEIROS		R\$		R\$
TOTAL	R\$ 25.172,41	R\$ 54.827,59	R\$	R\$ 80.000,00

(*) Contrapartida da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF/MDA

MEMÓRIA DE CÁLCULO (Santa Rosa de Lima)

A) HONORÁRIOS CONSULTORIA/TREINAMENTO

NOME	FUNÇÕES NO PROJETO	Nº DE HORAS ALOCADAS AO PROJETO			CUSTO HORA R\$	CUSTO TOTAL R\$
		EMPRESA	ENTIDADE EXECUTORA	TOTAL		
Adilson Lunardi	Coordenador	40	100	140	60,00	8.400,00
Emanoel V. Ramos	Consultor	20	100	120	60,00	7.200,00
Marcel Schmidt	Consultor	20	100	120	60,00	7.200,00
Wilson Schmidt	Consultor	20	100	120	60,00	7.200,00
SUBTOTAL		100	400	500		30.000,00

B) INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

INSTALAÇÃO/EQUIPAMENTO A SER UTILIZADO	Nº TOTAL DE HORAS	CUSTO HORA R\$	CUSTO TOTAL R\$
SUBTOTAL			

C) SERVIÇOS DE TERCEIROS

DISCRIMINAÇÃO	DETALHAMENTO DE DESPESAS	CUSTO TOTAL R\$
Despesas de viagens/hospedagem	Deslocamento até as propriedades, hospedagens e alimentação	7.500,00
Aquisição de material de consumo/componentes	Papel sulfite, papel kraft, tinta, análises	2.500,00
Outros Serviços de Terceiros (discriminar)		
SUBTOTAL		10.000,00

USOS E FONTES DE RECURSOS (Em R\$)

USOS	FONTES			TOTAL
	SEBRAE/SC	Contrapartida CLIENTE (*)	Contrapartida OUTROS ¹	
A - HONORÁRIO CONSULTORIA/TREINAMENTO	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00		R\$ 30.000,00
B - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	R\$ 2.586,21	R\$ 7.413,79		R\$ 10.000,00
C - SERVIÇOS DE TERCEIROS		R\$		R\$
TOTAL	R\$ 12.586,21	R\$ 27.413,79	R\$	R\$ 40.000,00

(*) Contrapartida da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF/MDA

MEMÓRIA DE CÁLCULO (Gravatal)

A) HONORÁRIOS CONSULTORIA/TREINAMENTO

NOME	FUNÇÕES NO	Nº DE HORAS ALOCADAS AO PROJETO	CUSTO	CUSTO
------	------------	---------------------------------	-------	-------

	PROJETO	EMPRESA	ENTIDADE EXECUTORA	TOTAL	HORA R\$	TOTAL R\$	
	Adilson Lunardi	Coordenador	48	120	168	60,00	10.080,00
	Emanoel V. Ramos	Consultor	24	120	144	60,00	8.640,00
	Lúcio Schmidt	Consultor	24	120	144	60,00	8.640,00
	Wilson Schmidt	Consultor	24	120	144	60,00	8.640,00
SUBTOTAL			200	120	480	600	36.000,00

B) INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

INSTALAÇÃO/EQUIPAMENTO A SER UTILIZADO	Nº TOTAL DE HORAS	CUSTO HORA R\$	CUSTO TOTAL R\$
SUBTOTAL			

C) SERVIÇOS DE TERCEIROS

DISCRIMINAÇÃO	DETALHAMENTO DE DESPESAS	CUSTO TOTAL R\$
Despesas de viagens / hospedagem	Deslocamento até as propriedades, hospedagens e alimentação	9.000,00
Aquisição de material de consumo	Papel sulfite, papel kraft, tinta, análises	3.000,00
Outros Serviços de Terceiros (discriminar)		
SUBTOTAL		12.000,00

USOS E FONTES DE RECURSOS (Em R\$)

USOS	FONTES			TOTAL
	SEBRAE/SC	Contrapartida CLIENTE (*)	Contrapartida OUTROS ¹	
A - HONORÁRIO CONSULTORIA/TREINAMENTO	R\$ 12.000,00	R\$ 24.000,00		R\$ 36.000,00
B - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	R\$ 3.103,45	R\$ 8.896,55		R\$ 12.000,00
C - SERVIÇOS DE TERCEIROS		R\$		R\$
TOTAL	R\$15.103,45	R\$ 32.896,55	R\$	R\$ 48.000,00

(*) Contrapartida da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF/MDA

MEMÓRIA DE CÁLCULO (Rio Fortuna, Grão Pará e Braço do Norte)

A) HONORÁRIOS CONSULTORIA/TREINAMENTO

NOME	FUNÇÕES NO PROJETO	Nº DE HORAS ALOCADAS AO PROJETO			CUSTO HORA R\$	CUSTO TOTAL R\$
		EMPRESA	ENTIDADE EXECUTORA	TOTAL		
Adilson Lunardi	Coordenador	64	160	224	60,00	13.440,00
Emanoel V. Ramos	Consultor	32	160	192	60,00	11.520,00
Marcel Schmidt	Consultor	32	160	192	60,00	11.520,00
Wilson Schmidt	Consultor	32	160	192	60,00	11.520,00
SUBTOTAL		160	640	800		48.000,00

B) INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

INSTALAÇÃO/EQUIPAMENTO A SER UTILIZADO	Nº TOTAL DE HORAS	CUSTO HORA R\$	CUSTO TOTAL R\$
SUBTOTAL			

C) SERVIÇOS DE TERCEIROS

DISCRIMINAÇÃO	DETALHAMENTO DE DESPESAS	CUSTO TOTAL R\$
Despesas de viagens/hospedagem	Deslocamento até as propriedades, hospedagens e alimentação	12.000,00

Aquisição de material de consumo/componentes	Papel sulfite, papel kraft, tinta, análises	4.000,00
Outros Serviços de Terceiros (discriminar)		
SUBTOTAL		16.000,00

USOS E FONTES DE RECURSOS (Em R\$)

USOS	FONTES			TOTAL
	SEBRAE/SC	Contrapartida CLIENTE (*)	Contrapartida OUTROS ¹	
A - HONORÁRIO CONSULTORIA/TREINAMENTO	R\$ 16.000,00	R\$ 2.000,00		R\$ 48.000,00
B - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	R\$ 4.137,93	R\$ 11.862,07		R\$ 16.000,00
C - SERVIÇOS DE TERCEIROS				R\$
TOTAL	R\$ 20.137,93	R\$ 43.862,07	R\$	R\$ 64.000,00

(*) Contrapartida da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF/MDA

CADASTRO DO CLIENTE

Razão Social / Nome		SGS:
Nome Comercial (Fantasia):		Ramo de Atividade:
CNPJ ou CPF	Data de início das atividades (dia/mês/ano):	CNAE Fiscal Principal da Empresa:
Número de Funcionários:	E-mail da Empresa:	
Endereço Completo (Rua/Av, número, complemento, Bairro):		
Cidade	UF:	CEP:
Nome do contato		Cargo
DDD/ Telefone:	DDD/Fax:	DDD/Celular:
E-mail da pessoa de contato:		

FATURAMENTO BRUTO ANUAL:

(Referente ao exercício anterior ou valor previsto para os casos de empresas com menos de 01 ano de funcionamento)